

Ata nº 6

município  
**tavira**

27 de dezembro de 2017

## ATA NÚMERO SEIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA  
VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E  
DEZASSETE \_\_\_\_\_

---Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete reuniram, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: \_\_\_\_\_

1. Relação de procedimentos realizados ao abrigo da "Autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais"; \_\_\_\_\_
2. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal; \_\_\_\_\_
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 213/2017/CM, referente ao orçamento Municipal e Mapa de Pessoal 2018; \_\_\_\_\_
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 217/2017/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2017; \_\_\_\_\_
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 219/2017/CM, referente ao Contrato-Programa para Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira (2018-2021); \_\_\_\_\_
6. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 220/2017/CM, referente à Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia da Conceição e Cabanas; \_\_\_\_\_
7. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 231/2017/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Jurídica e Fiscalização (3-PC/17). \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia Municipal, José Otilio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e cinco minutos. \_\_\_\_\_

---Pelo Presidente da Assembleia foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os membros, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ângelo Filipe

*[Handwritten signature]*  
Puj.

Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otilio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Nuno Manuel Custódio da Palma, Miguel Filipe Ferro do Carmo Pires, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Sílvia Alexandra Sanches Soares, Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira e Victor Manuel do Nascimento Palmeira. \_\_\_\_\_

---Os membros Hugo Daniel Santos Gomes e Muriel Cristina Dias solicitaram a substituição tendo sido substituídos por Leonardo António Gonçalves Martins e Filipe Vasques do Nascimento Neto Lopes, respetivamente. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia colocando à discussão a ata número cinco referente à sessão extraordinária realizada no dia vinte e três de novembro, chamou à atenção para o facto da mesma apenas poder ser votada pelos membros que tinham estado presentes na referida sessão. \_\_\_\_\_

---Colocada à votação, a ata número cinco foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava conforme listagem anexa como documento número um. \_\_\_\_\_

---Informou que por aquela ser uma sessão ordinária existia período antes da ordem do dia. \_\_\_\_\_

---Dirigindo-se ao público presente referiu que caso pretendessem intervir sobre assuntos que não fizessem parte da ordem do dia, deveriam proceder à respetiva inscrição junto dos serviços de apoio. \_\_\_\_\_

---Disse que iria começar por colocar à consideração dos membros um Voto de Congratulação apresentado pela bancada do PS – Partido Socialista. \_\_\_\_\_

---O Membro José Graça cumprimentando os presentes, disse que antes de fazer a apresentação do Voto de Congratulação gostava de mencionar dois pontos prévios que também considerava serem questões pelas quais a Assembleia se deveria de congratular, apesar de não os terem colocado por escrito. \_\_\_\_\_

---Primeiramente gostava de saudar o Presidente da Câmara Municipal de Tavira pela sua eleição para a Presidência do Conselho Intermunicipal da CI-AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, para um segundo mandato e desta feita, eleito por unanimidade, o que espelhava a aceitação dos seus pares pelo trabalho desenvolvido no último mandato e a confiança que nele tinha sido depositada para aquele período de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um que era um período exigente para as Autarquias Locais do Algarve. \_\_\_\_\_

---Por outro lado também gostava de manifestar a satisfação pelos resultados de fiscalização da Marinha Portuguesa e da Polícia Marítima no combate à pesca ilegal nas águas do sotavento algarvio. Todos os anos eram confrontados com notícias de verdadeiros atentados aos recursos piscícolas,

nomeadamente de embarcações sedeadas em Espanha e, na última semana, tinham tido boas notícias da sua atividade operacional com as quais se deviam ali congratular. \_\_\_\_\_

----Para finalizar e referindo-se ao Voto de Congratulação que tinham feito chegar a todos os membros daquela Assembleia através dos serviços de apoio, este era no sentido de manifestarem a satisfação pela eleição do Ministro das Finanças da República Portuguesa, Doutor Mário Centeno, para a presidência do *Eurogrupo*. \_\_\_\_\_

----Acreditavam que ao final de dois anos de trabalho como Ministro das Finanças de Portugal, o algarvio Mário Centeno, conhecido de muitos e amigo de alguns dos membros daquela Assembleia, tinha sido o rosto da caminhada que Portugal tinha feito ao longo daquele período de modo a sair do procedimento de défice excessivo sendo a importância daquela eleição reconhecida unanimemente por todos os setores partidários a nível nacional, mas sobretudo, também acabava por relançar Portugal no mercado financeiro internacional como tinha acabado por se constatar com a retirada recente da dívida da República portuguesa da classificação de "lixo" por parte da Agência *Fitch*. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que, naquele sentido, o que propunham à Assembleia Municipal era que aprovasse o Voto de Congratulação e desse conhecimento da deliberação que recaísse sobre o mesmo ao Senhor Primeiro Ministro e ao Doutor Mário Centeno, apresentando-lhe as felicitações. \_\_\_\_\_

----O Membro Narciso dos Reis Martins Barradas entrou na sala pelas vinte e uma horas e quinze minutos. \_\_\_\_\_

----O Membro Artur Sanina saudando os presentes disse que para quem desconhecesse as normas quanto aos votos de congratulação ou pesar, para os novos membros, era natural que surgissem aqueles votos por parte das forças políticas e que eram sempre bem-vindos. Porém consideravam que ter ou não um responsável português a presidir uma instituição europeia não significava nada em concreto para Portugal, não sendo condição para a melhoria do país pois consideravam que o problema não estava em quem presidia o *Eurogrupo* mas sim o próprio *Eurogrupo*. \_\_\_\_\_

----Pensavam que não seria de estranhar que Mário Centeno tivesse proximidade com o *Eurogrupo* até porque sempre tinha considerado muito importante respeitar as metas orçamentais criando problemas, por exemplo, ao nível do investimento público, contudo a sua eleição iria colocar em causa a estabilidade do Governo, a sua legitimidade, não sendo no entanto o que derrubaria a atual solução política. \_\_\_\_\_

----Citando João Galamba do PS, preferia um Mário Centeno dedicado ao país a vê-lo a presidir ao *Eurogrupo* sendo, no entanto, de louvar o facto de ser um português a estar na presidência do *Eurogrupo*, mas também podendo questionar sobre o que essa condição traria para Portugal em termos de melhores condições porque considerando o *Eurogrupo*, as suas políticas, as suas metas orçamentais, o défice, um problema o que era visível pela exigência no seu cumprimento, o investimento que deveria de existir por vezes não existia sendo aquela uma das grandes lutas que travavam no momento. \_\_\_\_\_

---O BE-Bloco de Esquerda nada tinha contra o facto de Mário Centeno ser Presidente, apenas consideravam que aqueles votos de louvor tinham o valor que tinham e que inclusivamente o PS o poderia ter enviado diretamente. \_\_\_\_\_

---Para terminar informou que o BE se iria abster naquela votação. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires cumprimentando os presentes disse que apenas pretendia realçar alguns pormenores que não tinham grande relevância para o sentido de voto, mas que eram quase de cultura geral porque, por vezes, os resumos que eram apresentados eram padronizados e não mencionavam alguns aspetos importantes sobre as pessoas. \_\_\_\_\_

---Considerava que deviam de louvar figuras da Região quer fosse ao nível do desporto, economia, meio artístico, ou outras, pelo que pensava que aqueles votos eram sempre bem-vindos por focarem pessoas que se destacavam pelas suas atividades. \_\_\_\_\_

---Mário Centeno tinha-se destacado. Era um algarvio, nascido em Olhão por mero acaso pois a sua família era de Vila Real de Santo António, o que sabia bem visto ser muito amigo do irmão pelo que conhecia relativamente bem a família. Eram quatro irmãos, basicamente de Vila Real de Santo António embora o seu nascimento, na altura, que ocorria segundo a disponibilidade da parteira, no caso de Mário Centeno, a parteira de serviço estava em Olhão onde tinha nascido apenas por aquela razão. Uma das suas irmãs tinha nascido em Tavira. \_\_\_\_\_

---Mário Centeno tinha frequentado a mesma escola que ele, o ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão onde se tinham encontrado quando estava a terminar o Mestrado de Métodos Matemáticos e Mário Centeno a iniciá-lo. Referia-o para dizer que Mário Centeno tinha sido o melhor aluno de economia do ano dele com uma média superior a dezasseis valores o que era uma classificação espetacular para aquele curso. Posteriormente tinha ido para os Estados Unidos da América para fazer um Doutoramento para o que, sendo aluno estrangeiro, tinha tido que fazer um exame de admissão no que tinha atingido o percentil noventa e nove. Tratava-se portanto de uma pessoa brilhante. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que gostava ainda de mencionar outra questão porque na vida havia situações em que não se era reconhecido acabando por o ser posteriormente. Como nota política, Mário Centeno tinha sido Diretor Adjunto do Departamento de Estudos do Banco de Portugal o que era um dos cargos mais prestigiado do país, não tendo sido o Diretor por altura da saída do Diretor para Administrador da Caixa Geral de Depósitos, porque apesar de ser de longe a pessoa mais qualificada que tinha concorrido, tendo ficado em primeiro lugar, o concurso tinha sido anulado pelo atual Governador, Carlos Costa, por indicação, segundo diziam os jornais, do então Ministro Vitor Gaspar por Mário Centeno divergir da política que estava a ser seguida em Portugal. Porém era uma pessoa que não se tinha importado de ser preterido tendo efetuado o seu percurso estando presentemente onde estava, pelo que atualmente era o Presidente do Banco de Portugal que pedia para falar com ele tendo-se a situação do passado revertido completamente. \_\_\_\_\_



---Considerava que se tratava de uma pessoa de grande valor relativamente a quem todos se deviam de orgulhar também por pertencer à Região do Algarve, pelo que aquele Voto de Congratulação era muito bem-vindo. \_\_\_\_\_

---Quanto ao impacto que a sua eleição teria em Portugal, veriam, sendo que quando tinha chegado ao Parlamento até tinha sido algo ridicularizado dizendo-se que não conseguiria cumprir o défice, diminuir a dívida pública e um conjunto de outras coisas mas que, paulatinamente, tinha vindo a conseguir alcançar o que diziam não ser capaz, pelo que considerava que aquele voto era muito bem apresentado.

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Voto de Congratulação pela eleição de Mário Centeno como Presidente do *Eurogrupo* a votação, tendo o mesmo, que se encontra anexo à presente ata como documento número dois, sido aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia informou que lhe tinha sido apresentado já no início daquela sessão, o que nos termos do Regimento não podia acontecer devendo este ter sido remetido de véspera para os serviços, mas tratando-se de um Voto de Pesar pelo falecimento de um cidadão de Tavira conhecido de todos e que também já tinha pertencido àquela Assembleia, iria pedir aos seus proponentes, a bancada do PSD – Partido Social Democrata, que fizesse a apresentação do mesmo por o considerarem bem recebido. Contudo alertou para o facto de que tratando-se de uma moção, seguramente não a aceitariam. \_\_\_\_\_

---O Membro Leonardo Martins cumprimentando os presentes disse que o Voto de Pesar que apresentavam se referia ao falecimento de Juvenal Sabino Martins Brito que tinha sido um ilustre munícipe do concelho de Tavira, freguês da Freguesia de Santo Estevão, sobretudo pelo seu percurso de vida em que tinha estado ligado à política e ao cooperativismo, considerando-o por isso plenamente merecedor daquele Voto de Pesar que passava a ler: \_\_\_\_\_

---“Voto de Pesar \_\_\_\_\_

---A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Tavira vem propor um voto de pesar pelo falecimento do Senhor, Juvenal Sabino Martins Brito. \_\_\_\_\_

---O Senhor, Juvenal Sabino Martins Brito, nasceu a 31 de dezembro de 1942, vindo a falecer no passado dia 13 de dezembro corrente, à beira de completar os seus 75 anos de idade. \_\_\_\_\_

---Foi ao longo da sua vida um cidadão exemplar e um profissional competente na área da banca, onde desenvolveu a sua atividade profissional. \_\_\_\_\_

---Era uma pessoa frontal, direta e acérrima defensora dos seus ideais e do bem comum. \_\_\_\_\_

---Paralelamente à sua atividade profissional e após esta, já na aposentação, dedicou a sua vida a várias causas, em diferentes áreas: \_\_\_\_\_

---Foi Presidente da extinta Junta de Freguesia de Santo Estevão. \_\_\_\_\_

---Foi membro desta Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_



---Foi Presidente da Direção da Cooperativa Agrícola de Produtores de Azeite de Santa Catarina da Fonte do Bispo. \_\_\_\_\_

---Foi membro do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo do Sotavento Algarvio. Cargo a que renunciou por motivo de doença, pouco tempo antes do seu óbito. \_\_\_\_\_

---Fez parte dos órgãos sociais do Centro Social de Santo Estevão. \_\_\_\_\_

---Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: \_\_\_\_\_

---1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Juvenal Sabino Martins Brito; \_\_\_\_\_

---2. Manifestar à família enlutada as mais sentidas condolências; \_\_\_\_\_

---3. Observar um minuto de silêncio em sua homenagem; \_\_\_\_\_

---4. Recomendar à União de Freguesias da Luz/Santo Estevão e à Câmara Municipal de Tavira que o seu nome venha a ser atribuído a uma artéria ou espaço público de relevo, na área da extinta Freguesia de Santo Estevão. \_\_\_\_\_

---Tavira, 27 de dezembro de 2017 \_\_\_\_\_

---A Bancada do Partido Social Democrata” \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia colocou o Voto de Pesar pelo falecimento de Juvenal Sabino Martins Brito a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Cumprindo a proposta solicitou um minuto de silêncio em sua homenagem. \_\_\_\_\_

---Iniciando ao período antes da ordem do dia passou a palavra ao Membro Artur Sanina. \_\_\_\_\_

---O Membro Artur Sanina disse que pretendia fazer algumas recomendações iniciando pela questão que já ali tinha sido levantada pelo Membro José Graça e que se referia à pesca artesanal, pelo que considerava que tinha sido bom ter falado com o Membro José Graça relativamente àquele tema porque assim o tinha ali mencionado. \_\_\_\_\_

---Queria chamar à atenção, resultante de reuniões realizadas com o Comandante do Porto de Tavira, com as Associações de Pesca de Monte Gordo e Tavira, de uma reunião conjunta com deputados da Assembleia da República nas áreas da pesca e agricultura que tinha incluído o representante do Algarve e tido uma particularidade que consideravam muito positiva, com a presença de dois presidentes de Junta de Freguesia em resultado dos convites remetidos, que muito tinham enriquecido a mesma, onde apelando à junção de todas as forças na defesa da pesca artesanal do concelho, tinham sido discutidas determinadas questões que presentemente eram bastante pertinentes. \_\_\_\_\_

---Primeiramente tinham referido a venda do pescado dos barcos portugueses que eram adquiridos por espanhóis em Espanha quando o mesmo deveria de ser vendido em Portugal. \_\_\_\_\_

---Depois, a questão dos roubos das artes de pesca por parte dos espanhóis bem como as prometidas portas de proteção em Santa Luzia, pela Docapesca, nos acessos aos passadiços para evitar os roubos. \_\_\_\_\_

---A circulação dos barcos com nove metros nos canais quando não o podiam fazer, não defendendo o ambiente, dando primazia ao fator económico. \_\_\_\_\_

---A manutenção da barra por parte do Estado que se constituía como um aspeto importante levantado pelos pescadores e Junta de Freguesia de Santa Luzia devido a estarem a ser colocadas no Barril as areias que estavam a ser retiradas da Fuzeta o que, pela experiência dos próprios pescadores, em pouco tempo iriam assorear novamente a barra de Tavira com os problemas que daí adviriam. Agradeceu à Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia por ter efetuado aquele alerta na reunião. \_\_\_\_\_

---Outro problema que tinha sido levantado tinha sido a distância dos arrastões sobre o que se verificavam dificuldades por parte da Capitania por falta de meios de profundidade a que os mesmos operavam, até dois metros e meio, verificando-se por conseguinte dificuldades a nível técnico. \_\_\_\_\_

---Aqueles tinham sido os resultados de um conjunto de reuniões, sendo que fazia ali o alerta a todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal uma vez que aqueles problemas tinham sido colocados por pessoas que viviam diretamente da pesca artesanal pelo que a mesma deveria de ser defendida. \_\_\_\_\_

---Acrescentou que os deputados da Assembleia da República que tinham estado presente naquela reunião também tinham aproveitado para facultar os contactos para que todas as iniciativas, medidas, sugestões e soluções lhes fossem comunicadas de modo a apresentarem o problema ao Governo. \_\_\_\_\_

---Uma recomendação que queria fazer dizia respeito à Conferência de Líderes, que tendo sido muito produtiva em termos do possível plano de atividades daquela Assembleia Municipal, havia um pormenor que dizia respeito ao facto de no dia vinte e dois de novembro terem sido enviadas pelo BE à Assembleia, propostas de alteração ao Regimento e as mesmas não terem sido comunicadas aos diversos grupos políticos, nem mesmo na Assembleia Municipal realizada em vinte e três de novembro.

---Na Conferência de Líderes com os representantes dos vários grupos políticos, para seu espanto, tanto o Presidente como os grupos não tinham conhecimento das propostas apresentadas pelo BE. Tratando-se do principal documento da Assembleia Municipal, pois era o seu Regimento, considerava que o mesmo deveria de ser aprovado na primeira sessão da Assembleia Municipal de Tavira, o que não tinha acontecido, e já estavam a realizar a segunda sessão e o documento ainda não iria ser aprovado com as alterações propostas. Assim pretendia chamar à atenção quanto às propostas que tinham apresentado por considerar que não lhes tinham sido dado o encaminhamento devido. \_\_\_\_\_

---A segunda recomendação estava relacionada com questões do orçamento, referia-se às preocupações apresentadas pelos comerciantes, especialmente os pequenos comerciante da cidade, que lhes tinham falado no valor das faturas de água, sobretudo no que se referia à taxa de lixo, uma vez que as quantias tinham que ser pagas mesmo sem fazerem qualquer lixo. Assim pensava que deveriam ter em atenção aquele facto até porque naquele mesmo dia tinha tomado conhecimento de uma campanha que a DECO – Defesa do Consumidor estava a realizar intitulada “Lixo não é água” pelo que consideravam que tinham que ser separadas porque presentemente o valor da taxa do lixo variava

consoante os consumos de água e, em Tavira, as pequenas empresas principalmente de comércio sofriam com os grandes problemas económicos. \_\_\_\_\_

---Aquelas eram as recomendações que pretendiam fazer em relação aos problemas que tinham detetado. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia disse que as recomendações eram sempre bem acolhidas mas apenas queria fazer notar que considerava extemporânea a recomendação relativa ao Regimento porque tendo o Deputado Artur Sanina estado na Conferência de Líderes e, que ele se recordasse a menos que estivesse com falta de memória que fizessem o favor de o lembrar, estava a realizar-se o que tinha sido combinado. Não era verdade que a mesa da Assembleia Municipal não tivesse recebido as propostas do BE como ele próprio tinha dito ter recebido e, portanto, quanto ao não terem sido ali apresentadas era resultado do que tinha sido combinado uma vez que se tratava de uma alteração profunda ao Regimento. \_\_\_\_\_

---Enfatizou que não existia qualquer erro por parte dos serviços de apoio à Assembleia sendo que esperava que na Conferência de Líderes seguinte estivessem mais atentos para evitar aquele tipo de confusões que não considerava necessárias não sendo para tal que as Conferências de Líderes servissem.

---O Presidente da Assembleia recordou o público, que estava em maior número que no início da sessão, que continuavam abertas as inscrições para intervenção. \_\_\_\_\_

---O Membro José Graça referiu que não tendo preparado qualquer documento por ser muito recente, o grupo do PS gostava também de dar uma nota de pesar relativamente ao falecimento de Jaime Oliveira, da Luz de Tavira, que durante muito tempo tinha sido um dos principais dinamizadores do Rancho Folclórico da Luz de Tavira que, independentemente de alguns problemas que se lhe tinham infligido ao longo da vida, nunca tinha deixado de se dedicar ao Rancho Folclórico da sua terra e à promoção e divulgação da cultura e tradições. \_\_\_\_\_

---Queria assim, para que ficasse registado em ata, manifestar o profundo pesar pelo seu falecimento inesperado e também pedir aos serviços de apoio da Assembleia para que, em nome desta, caso concordassem, fossem endereçasse as condolências à família e à Direção do Rancho Folclórico da Luz de Tavira. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia deu início à ordem do dia, começando pelo ponto número um referente à relação de procedimentos realizados ao abrigo da "Autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais". \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara cumprimentando todos os presentes disse que aquela informação se referia a um conjunto de compromissos plurianuais assumidos entretanto ao abrigo da delegação de competências que estava em vigor e cuja deliberação tinha sido aprovada em Assembleia Municipal. Era pois uma obrigação do Órgão Executivo dar conhecimento em matérias delegadas à Câmara Municipal.



---Tratava-se das ornamentações de Natal, uma intervenção na Rua João Vaz Corte Real, aquisição de viaturas, uma reengenharia de processos e um programa operacional para a contratação de seis assistentes operacionais, com os valores que constavam na tabela que, não sendo muito significativos, cumpriam a obrigação legal de dar conhecimento à Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara Municipal informou que em princípio a Assembleia Municipal a realizar no mês de fevereiro seguinte já deveria acontecer na Biblioteca Municipal. \_\_\_\_\_

---Apresentou um conjunto de exposições que tinham decorrido no tempo que tinha mediado as sessões da Assembleia Municipal e também as que estavam a decorrer. \_\_\_\_\_

---A "*V Feira da Dieta Mediterrânica*" tinha sido um êxito, com um conjunto de intervenções, milhares de pessoas na rua e muitos espetáculos. A Feira estava cada vez mais consolidada como um grande evento em Tavira sendo certo que teriam sempre que efetuar algumas melhorias, mudanças, para que estivesse sempre com atualidade mas considerava que como feira, como atratividade de Tavira e manifestação popular, estava absolutamente adquirida. \_\_\_\_\_

---A "*Semana de Juventude*" tinha-se realizado logo após a "*Feira da Dieta Mediterrânica*". Como sabiam já há vários anos tinham decidido realizar a "*Semana da Juventude*" logo no início da época escolar pois anteriormente realizava-se no período da Páscoa. Tinha sido um êxito com uma semana inteira de atividades e com um conjunto de concertos no final de semana. \_\_\_\_\_

---Tinha-se realizado mais um conjunto de feiras entre as quais a habitual "*Feira de São Francisco*". \_\_\_\_\_

---Realizou-se a "*Festa da Nossa Senhora da Saúde*" e o "*Festival de Sopas Mediterrânicas e Marcha de São Martinho*" que também tinha sido um êxito, organizado pela Fundação Irene Rolo em colaboração com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara referiu um conjunto de festas como o "*Festival de Música Popular*", um grande evento de tinha tido dois meses de programação, a "*Festa dos Anos de Álvaro de Campos 2017*", patrocinado pelo 365 Algarve e pela Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Na Casa do Povo de Santo Estevão tinha-se realizado o "*Outonalidades 2017 – Serões de Outono*" com um conjunto de atividades. \_\_\_\_\_

---Aconteceu o "*11º Colóquio Interdisciplinar sobre Provérbios*" que tinha juntado cerca de cinquenta pessoas oriundas de todo o mundo que tinham estado em Tavira no mês de novembro. \_\_\_\_\_

---Referiu-se a um conjunto de comemorações habituais realizadas no âmbito da atividade da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Tinha-se realizado também um conjunto de seminários um pouco por todos espaços disponíveis dentro da cidade. \_\_\_\_\_

---Comemoraram-se o "*Dia do Armistício*" e o "*Dia dos Finados*". \_\_\_\_\_

----Na área do desporto tinha-se realizado a “*Marcha e Passeio de BTT*”, o “*42ª. Aniversário do Clube Vela de Tavira*” e a “*Semana Europeia do Desporto – Marcha Beactive*” bem como um conjunto de outras atividades como a “*III Meia Maratona de Tavira CPSE – Liberty Seguros*” organizada pela Casa do Povo de Santo Estevão. \_\_\_\_\_

----Passando ao tema de Obras e Urbanismo, o Presidente da Câmara referiu-se à requalificação da Estrada Nacional 270 em Santa Catarina da Fonte do Bispo que representava um investimento de cerca de seiscentos e trinta mil euros e seguramente se iria iniciar no mês de janeiro seguinte pois tinham recebido, há três dias atrás, o visto do Tribunal de Contas. Tratava-se da requalificação de toda a envolvente da EN270 como os passeios exteriores à aldeia de Santa Catarina. Estava adjudicada à Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A. \_\_\_\_\_

----A escola da Conceição iria sofrer uma grande intervenção. O processo que também já tinha sido adjudicado importava em cerca de trezentos mil euros para a criação de outras condições na escola, modernizando-a, o que praticamente resultaria numa escola nova. \_\_\_\_\_

----Quanto à reabilitação do Cineteatro António Pinheiro estava em fase de relatório preliminar já tendo empresa escolhida. As propostas já tinham sido abertas pelo que o relatório final e um conjunto de procedimentos certamente seriam presentes àquela Assembleia Municipal para poderem ser validados.

----Relativamente ao procedimento para a intervenção na escola de Santo Estevão, as propostas já tinham sido abertas estando em fase de adjudicação. A empresa proposta era a Consdep, Engenharia e Construção, S.A. e teria um custo de cerca de seiscentos mil euros. Na prática a escola ficaria totalmente nova. \_\_\_\_\_

----Estavam a elaborar procedimento para a reabilitação de nove parques infantis, na cidade e freguesias, cuja empreitada compreendia a substituição dos equipamentos existentes para que por altura da Páscoa já pudessem ter a intervenção concluída e as crianças já tivessem os espaços infantis novos. \_\_\_\_\_

----Referiu que também iam proceder a uma intervenção na Rua do Poço Vaz Varela. \_\_\_\_\_

----Em relação às obras em curso, a pavimentação da Atalaia já se encontrava concluída. Mostrou fotografia do aspeto que os campos de ténis teriam após concluída toda a intervenção. Dois campos de ténis já estavam entregues faltando receber três o que deveria de acontecer brevemente. \_\_\_\_\_

----Estavam a decorrer as intervenções na rede viária e a drenagem na rua de trás do Clube de Ciclismo e Segurança Social. Aquela zona, tendo água e com a maré, esta entrava toda para dentro das casas. Tratava-se de uma intervenção de cerca de setenta mil euros tendo sido reformulada toda a rede de drenagem de águas pluviais. \_\_\_\_\_

----Se os membros se recordavam, há cerca de quatro, cinco anos, tinha havido um grande vendaval que tinha feito voar a estrutura do Mercado Municipal que, finalmente estava a ser executada após a



elaboração de três concursos, faltando apenas colocar a cobertura pelo que estava praticamente concluída. \_\_\_\_\_

---- O Presidente da Câmara mostrou imagens de várias intervenções de reabilitações que tinham vindo a executar. \_\_\_\_\_

----Continuou referindo-se a uma adjudicação que tinham feito a uma empresa local, a Infracul – Construções e Infraestruturas, Lda. para a substituição de árvores de modo a preencher os espaços das palmeiras mortas, pelo que dentro de dias seriam colocadas novas árvores. O contrato já tinha sido assinado e tratava-se de uma intervenção de cerca de cento e trinta mil euros de uma árvore que tinha sido escolhida para os vários locais em substituição das palmeiras mortas. \_\_\_\_\_

----Quanto à intervenção na cobertura do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho tratava-se de uma segunda empreitada desta feita para substituição das placas da cobertura. \_\_\_\_\_

----Estavam também a fazer uma intervenção de conservação em edifícios escolares. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao edifício do Compromisso Marítimo a empreitada encontrava-se suspensa aguardando novo procedimento, que esperava fosse o último, uma vez que quanto mais intervinham naquele edifício mais surpresas iam aparecendo. Tinha sido lançada uma empreitada no valor de cerca de cento e trinta mil euros para terminar a intervenção de acordo com um novo levantamento e caderno de encargos porque quando tinham começado a destelhar o edifício para reparar a cobertura tinham aparecido algumas deficiências significativas de ordem construtiva/estrutural que colocavam em causa a estabilidade do edifício, tendo por isso que ser suspensa, mas pensava que a intervenção ficaria completamente resolvida. \_\_\_\_\_

----Em relação à habitação social havia dois procedimentos. O procedimento para pinturas e impermeabilizações já se encontrava concluído e tinha tido um custo de cerca de duzentos e cinquenta mil euros estando presentemente a decorrer a substituição de fechaduras, portas, madeiras e outras, no interior das habitações, o que correspondia a outro processo também já adjudicado. \_\_\_\_\_

----Continuavam a colocar placas toponímicas. \_\_\_\_\_

----Referiu que estavam a construir mais um conjunto de jazigos no Cemitério de Tavira. \_\_\_\_\_

----Terminou referindo que a empreitada da Biblioteca Municipal de Tavira se encontrava praticamente concluída. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes cumprimentando todos os presentes, disse: *“Eu pedi aos meus colegas de bancada do PSD para poder vir aqui hoje porque tinha um presente e uma surpresa. O presente é a surpresa e a surpresa é que eu hoje estou cá presente.”* \_\_\_\_\_

----Referiu que tinha cinco questões para colocar, sugestões a fazer, todavia pretendia felicitar todos os eleitos que ainda não tinha tido oportunidade de o fazer, pelo menos publicamente, primeiramente aos novos, chamando especial atenção para os Vereadores Cristina Martins e Rui Domingos que ocupavam pela primeira vez aquelas funções, mas também ao Presidente da Câmara pela sua reeleição e, como



tinha dito o Membro José Graça, pela confiança que os seus pares, Presidentes de Câmara, nele tinham depositado para continuar a presidir a CI-AMAL. \_\_\_\_\_

---Como já tinha referido, pretendia abordar cinco questões sendo que as duas primeiras não eram perguntas, nem sequer sugestões, mas mais tradições visto que era o terceiro mandato do Presidente da Câmara e o seu terceiro mandato dele próprio como membro da Assembleia Municipal e, por hábito, colocava sempre aquelas questões. \_\_\_\_\_

---A primeira dizia respeito à Rotunda da Vela ao Vento que não tinha água e estava muito degradada. Sabia que o Presidente da Câmara lhe iria falar do problema da impermeabilidade existente mas ele pedia que encontrassem uma solução, que se assim o entendessem, demolissem a rotunda, mas considerava que tinha que ser resolvida. Quem chegava a Tavira tinha três soluções, ou vinha de carro e se deparava com aquela "tristeza", se viesse de autocarro deparava-se com a segunda "tristeza" que era sobre o que pretendia falar a seguir, o Terminal Rodoviário, que considerava que uma lata de tinta serviria para pintar a parede de modo a tratar a degradação daquele espaço e, a terceira, se viesse de comboio iria dar a uma rotunda com umas obras de artes bonitas sobre o que o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira já tinha mostrado o seu desagrado. \_\_\_\_\_

---O terceiro ponto que queria abordar referia-se ao elevador do edifício dos Paços do Concelho. Recordava-se do Presidente da Câmara ter prometido que a intervenção seguramente se iniciaria antes do início do verão, sendo que ainda tinha sugerido que fosse antes do verão do hemisfério sul, todavia o verão do hemisfério sul também já tinha começado pelo que pretendia saber como estava aquela situação. \_\_\_\_\_

---O quarto ponto estava relacionado com o cais das Quatro Águas. O Presidente da Câmara, no dia dois de agosto do corrente ano, recentemente, conforme notícia que possuía ali na sua frente, tinha dito publicamente a esse propósito o que passava a ler: *"O cais da Ilha de Tavira que recebe milhares e milhares de pessoas todos os anos temos a expectativa..."* era a expectativa, naturalmente, *"...de que mal acabe o verão, mais para o fim do ano, ele possa entrar em obra e no próximo verão já teremos um cais completamente novo."* O que questionava era se a expectativa ainda se mantinha. \_\_\_\_\_

---O quinto ponto era apenas para felicitar a Câmara Municipal e as juntas de freguesia pelas excelentes iluminações de natal, que no corrente ano se tinham esmerado pois estavam algo verdadeiramente deprimente. Existiam freguesias que nem sequer tinham tido uma pequena iluminação. \_\_\_\_\_

---Concluiu reiterando os seus continuados e penhorados votos de bom trabalho. \_\_\_\_\_

---Quis apenas acrescentar que o Presidente da Câmara tinha falado na Feira da Dieta Mediterrânica, ele apenas queria dizer que a última vez que tinha estado presente na Assembleia Municipal, em setembro, a Feira da dieta Mediterrânica já tinha acontecido sendo que até o tinha felicitado. Não se importava de novamente voltar a felicitar mas era apenas por uma questão de haver uma maior

atenção, embora percebesse que, naturalmente, as coisas boas deviam de ser sempre realçadas e uma vez que o Executivo tinha tão poucas coisas boas, poderiam realçar as existentes. \_\_\_\_\_

----O Membro Artur Sanina disse que por vezes era criticado por fazer intervenções muito longas sendo que relativamente àquele ponto tinha aprendido algo e citando a Lei das Autarquias Locais: "...o Presidente tem que apresentar por escrito uma informação para apreciação da Assembleia Municipal...", mas gostava do diálogo que estabelecia com o Presidente da Câmara, gostava da maneira como fazia as apresentações independentemente de terem recebido o documento para apreciação de todas as intervenções. \_\_\_\_\_

----Por uma poupança de tempo passava à última página do documento que se referia à situação financeira do Município que era a preocupação porque a Lei expressava que o Presidente da Câmara devia também apresentar a situação financeira da sua Autarquia, o que não era mais do que a participação dos capitais em determinadas empresas municipais e qual a posição das mesmas no momento, a partir do que os membros faziam a sua análise. Em trinta de novembro apresentava um saldo de tesouraria de treze milhões, setecentos e trinta e nove mil e duzentos e cinco euros e trinta e dois cêntimos sendo que o valor dos documentos de despesa por regularizar era de oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e sete euros e trinta e três cêntimos portanto existia um valor a transitar de doze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e sete euros e noventa e nove cêntimos. \_\_\_\_\_

----A questão que colocava era o que o Executivo pretendia fazer com aquele valor que possivelmente iria transitar. \_\_\_\_\_

----O Membro Carlos Sousa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, convidou o Membro Filipe Lopes a visitar a freguesia que provavelmente por ficar algo distante não se devia de lá ter deslocado. \_\_\_\_\_

----O Membro José Liberto, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão e Luz de Tavira, disse que tinha ficado algo desiludido com o facto do Membro Filipe Lopes ter referido a sua freguesia uma vez que tinha sido o único comentário negativo que tinha recebido pois até àquele momento, apenas tinha recebido manifestações positivas de que a iluminação tinha sido a melhor dos últimos anos. Disse que iria averiguar a situação pois tinha ficado algo desiludido. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara agradecendo as questões levantadas, relativamente à Rotunda da Vela ao Vento não iria mencionar quem tinha efetuado aquela obra nem a verba que tinha custado, que tinha sido deitada fora, uma vez que, de facto, não funcionava, porque o Membro Filipe Lopes já o tinha poupado a tal. O que podia referir era que quando tivessem verba suficiente para priorizarem a rotunda, porque tinha havido um tempo em que tinha sido prioritária e tinha dado no que tinha dado, presentemente tinham como prioridades a habitação social, a rede viária, a animação, a projeção de Tavira, as escolas e só depois viria a rotunda. Assim quando houvesse verba disponível para a rotunda

que seria mesmo para demolir, que não existissem dúvidas pois como estava não tinha concerto, haveriam de colocar ali uma com boa visibilidade e adequada à entrada da cidade e não um mamarracho que não funcionava. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao Terminal Rodoviário tinha considerado uma boa sugestão pelo que agradecia a contributo. Já tinham pintado uma parte e iriam resolver o restante. \_\_\_\_\_

---Em relação ao elevador do edifício dos Paços do Concelho de Tavira cujo projeto considerava que já devia de estar concluído, infelizmente não estava, sendo que até já se encontravam em incumprimento com uma legislação existente de adaptação dos espaços públicos à mobilidade dos deficientes aos andares superiores. Seguramente que no ano seguinte seria executado na medida em que tinham priorizado o projeto para que fosse concluído o mais rapidamente possível. Tratava-se de um projeto que não era muito fácil para um edifício como o dos Paços do Concelho mas a solução passava mesmo pela instalação de um elevador e não uma cadeira na escada. A ideia era colocar um elevador ou algo semelhante ao que estava instalado no Edifício do Tribunal. \_\_\_\_\_

---Quando ao cais, não se tratava de uma intervenção da Câmara Municipal mas da Sociedade Polis. No orçamento que iria ser colocado à apreciação e votação naquela Assembleia Municipal estava prevista uma verba de seiscentos e vinte e cinco mil euros para pagamento do protocolo que correspondia a vinte e cinco por cento do valor total da intervenção. Os vinte e cinco por cento correspondentes ao protocolo seriam para ser liquidados na data da adjudicação, sendo que por altura da consignação seriam liquidados os restantes vinte e cinco por cento. \_\_\_\_\_

---A razão porque ainda não estava em empreitada devia-se ao facto da Sociedade Polis ter estabelecido o preço base em dois milhões e novecentos mil euros para a construção do cais e o concurso ter ficado deserto. Assim tinham tido que rever o projeto, todas as componentes, porque as empresas não o tinham considerado atrativo e, ainda em tempo útil da Sociedade Polis, lançar novo concurso para aproveitar a verba antes de ser devolvida ao Estado. O projeto tinha perdido algumas estruturas, nomeadamente de sombreamento que eram compostas por umas estruturas pesadas de painéis solares para que tivesse autossustentabilidade. \_\_\_\_\_

---O concurso estava a decorrer encontrando-se em fase de receção de propostas pelo que esperava que se concluísse. Apesar de não se tratar de uma intervenção da Câmara Municipal ia-se sempre comprometendo com o que era uma urgência, todavia tinha apanhado o respaldo da incompetência de outros, da inépcia dos empreiteiros por não terem apresentado propostas, porém não tinha qualquer problema uma vez que há anos, que sendo Presidente da Câmara, assumia as suas responsabilidades e uma ou outra de outros. \_\_\_\_\_

---Quanto às iluminações de Natal percebia a insatisfação dos presidentes de junta de Santa Catarina da Fonte do Bispo e de Santo Estevão e Luz de Tavira porque já se tinha percebido que o Membro Filipe Lopes não se ausentava de Tavira. Referiu que existiam anos bons e anos maus pelo que podiam

*Handwritten signature and initials*

considerar que o corrente ano não tivesse sido particularmente um ano de grande investimento na iluminação de Natal, contudo também dependia do gosto de cada um. Pessoalmente não gostava da árvore de Natal que deveria de ter doze metros e apenas tinha nove pelo que não iriam liquidá-la uma vez que não tinha sido o que tinham contratado. Para além da árvore ainda existia um conjunto de pormenores que não estavam de acordo com o caderno de encargos. \_\_\_\_\_

----Considerava que o corrente ano poderia ter sido menos bom porém não lhe parecia que as questões devessem de ser tratadas daquela forma ou que a animação fosse maior ou menor relativamente à iluminação de Natal. O casco urbano estava iluminado sendo que para o ano seguinte veriam o que fariam. Como todos sabiam o comércio tradicional estava a ressentir-se por força da atratividade dos *shoppings* e com a abertura do novo. \_\_\_\_\_

----Não tinha quaisquer problemas em assumir que Faro estava muito mais bonito que Tavira, porém, como referido pelo seu Presidente de Câmara tinham investido duzentos mil euros. Considerava que verdadeiramente estava bonito mas tinham efetuado um investimento avultado sendo que a verba que em Tavira não tinham gastado, seguramente iriam aproveitá-la para investir noutras situações. \_\_\_\_\_

----O Membro Artur Sanina tinha questionado relativamente aos doze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e sete euros e noventa e nove cêntimos de saldo de tesouraria, que ele pensava que seria superior, mas veriam quando transitassem o saldo de gerência. \_\_\_\_\_

----Preferia ter saldo de gerência do que déficit de gerência. O que faziam com aquela verba seria investimento, gastá-lo bem gasto, tendo quatro anos para o fazer, investindo na rede viária e em tudo o que fosse necessário executar para concretizarem o seu programa eleitoral que tinha sido sufragado pelas pessoas de Tavira e que tinha merecido a confiança de uma expressiva maioria, sem desprimor para ninguém, mas tinha sido o que tinha acontecido, com todos os contributos dos Deputados Municipais, que eram válidos, para se realizarem investimentos que não constassem no programa eleitoral porque não tinham o dom de saber tudo e, obviamente, a vida também era dinâmica existindo sempre novas necessidades. Estavam abertos a contributos sendo que o dinheiro servia para investir preferencialmente em bens duradouros, com investimento concreto nas infraestruturas, e no que fosse necessário. Seguramente que não iriam gastar o dinheiro em almoços, jantares ou em iluminação de Natal mas antes em infraestruturas, que considerava importante, nomeadamente ao nível do património, do edificado que requeria alguma reabilitação, bem como em alguns investimentos estruturais que eram há muito necessários. \_\_\_\_\_

----O Membro Filipe Lopes disse que apenas para responder aos presidentes de junta, que o tinham convidado, desconhecia se sabiam ou não, não tendo porque o saber, mas ele fazia parte de um Grupo Coral da cidade e tinham percorrido todo o concelho para irem cantar em todas as freguesias, nomeadamente a Santo Estevão e Luz de Tavira onde tinham estado no dia nove passado, tendo no sábado anterior cantado em Santa Catarina da Fonte do Bispo. \_\_\_\_\_

---Sabia que os presidentes de junta o desconheciam porque não tinham estado presente o que gostariam que acontecesse numa próxima vez que ali fossem cantar pois consideravam que era sempre importante que os eleitos se ligassem à cultura. \_\_\_\_\_

---Os presidentes de junta visados informaram que não tinham tido conhecimento. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia passou ao ponto número três sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 213/2017/CM, referente ao orçamento Municipal e Mapa de Pessoal 2018. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que ia tentar ser sucinto sobre a apresentação do documento que tinha sido distribuído pelo que pensava que as ideias gerais do mesmo estariam assimiladas. \_\_\_\_\_

---O orçamento era um documento algo conservador relativamente ao que era a continuidade do trabalho do último mandato uma vez que sendo o Executivo praticamente o mesmo, apenas tinha acrescentado os Vereadores Cristina Martins e Rui Domingos, o programa era de continuidade como sempre tinha sido dito, pelo que não fazia sentido que o orçamento fosse de rotura relativamente aos projetos que tinham pendentes. Assim diria que em termos de estratificação do orçamento, se dividia em cinco ideias força que tinham identificado. \_\_\_\_\_

---O primeiro objetivo estratégico seria para potenciar a atratividade e o desenvolvimento de Tavira. \_\_\_\_

---O segundo, afirmar e preservar a identidade de Tavira. \_\_\_\_\_

---O terceiro, promover a coesão social do concelho. \_\_\_\_\_

---O quarto, afirmar Tavira em termos de segurança, mobilidade, qualidade ambiental e ordenamento do território. \_\_\_\_\_

---O quinto, fomentar a qualidade e a melhoria contínua dos serviços prestados através da sua informatização, acessibilidades e o balcão único, de forma a poderem ser prestados melhores serviços às pessoas. \_\_\_\_\_

---A primeira prioridade do orçamento tinha sido a colocação de rúbricas de todos os projetos candidatados a fundos comunitários e que requeriam por parte da Câmara Municipal a participação nacional, que tinha que estar orçamentada de modo a ser possível o lançamento dos concursos, rapidamente, por as candidaturas estarem em execução, para poderem aproveitar as verbas aprovadas. Assim as intervenções como o Cineteatro António Pinheiro, de reabilitação urbana que estavam ou seriam financiadas ou o Mercado da Ribeira para dar um exemplo, tinham todas que estar dotadas, tal como acontecia com os pequenos projetos do interior no âmbito da DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária ou os do PADRE – Plano de Ação ao Desenvolvimento dos Recursos Endógenos que também tinham que estar dotados, bem como os referentes às questões da eficiência dos serviços, Modernização Administrativa, e os projetos comuns ao nível da CI-AMAL para os quais também tinham que ter dotação visto a Câmara Municipal ser corresponsável perante os projetos globais, pelo que o orçamento tinha que estar dotado com todas aquelas verbas. \_\_\_\_\_

---No orçamento estava contemplado um conjunto de projetos estruturantes sendo que os mesmos se encontravam estratificados nas GOP – Grandes Opções do Plano que era um documento anexo onde estava dissimulado por opções, em forma de mapa, e que contemplava também a multiplicidade de intervenções a desenvolver durante o ano de dois mil e dezoito, entre os quais, o cinema tendo em conta a fase em que o procedimento se encontrava era espectável que a empreitada se iniciasse entre os meses de março, abril, já com o visto do Tribunal de Contas, a intervenção na rede viária, EN270 cujo visto já tinham recebido estando a execução totalmente contemplada no presente orçamento e um conjunto de intervenções de pavimentações que iriam continuar a executar ao longo de todo aquele ano, nomeadamente nas freguesias de Santa Luzia e Santo Estevão e Luz de Tavira, na zona do Bernardinheiro, no Lameiro que era a zona da entrada da Luz de Tavira que se encontrava degradada e que seguia para o Fundo voltando para a Luz de Tavira pela Amaro Gonçalves, uma parte da Conceição de Tavira e estrada de Valongo, ou seja, todo um conjunto de intervenções que por vezes não representavam muito investimento mas que faziam toda a diferença na vida das pessoas e sua mobilidade. \_\_\_\_\_

---Havia também a questão da ponte sobre o rio cujo concurso esperavam iniciar na Assembleia Municipal seguinte e que teria muito pouca execução no ano em apreço, estando projetada para iniciar a execução mais no final do ano, sempre depois do verão. \_\_\_\_\_

---No orçamento, também estavam projetadas e cabimentadas, as intervenções que iriam ser realizadas nas escolas. Compreendia ainda o lançamento do concurso para a reabilitação total das piscinas municipais, do canil municipal e um conjunto de prédios que a Câmara Municipal possuía, entre os quais o edifício onde tinha estado instalado a antiga DPRU - Divisão do Património e Reabilitação Urbana e o do lado oposto da rua que, como sabiam, tinha sido cedido à Armação do Artista – Associação Artístico-Cultural e Desportiva. \_\_\_\_\_

---Ao nível das freguesias estava previsto desenvolverem um projeto, que se encontrava financiado, no espaço contíguo à escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, a Casa da Aldeia em Cachopo e um conjunto de intervenções em Cabanas, nomeadamente a reabilitação do passadiço e verificar se conseguiam arranjar a Rua Capitão Jorge Ribeiro e adjacentes por forma a dar mais qualidade à envolvente urbana. Tratava-se de um conjunto de trabalhos que necessitavam ser realizados para que Tavira ficasse melhor dotada e com mais qualidade ao nível de infraestruturas. \_\_\_\_\_

---Porque tinham problemas em várias urbanizações quanto à envolvente arbórea, veriam a possibilidade de também resolverem a questão da sua substituição, com alguns arranjos urbanísticos, porque estavam a causar problemas, nomeadamente no Mato de Santo Espírito, Quinta da Pegada, Urbanização Miramar, e num conjunto de envolventes com situações complicadas para o que também tinham previsto alguma verba no orçamento. \_\_\_\_\_

---Quanto à promoção de Tavira, enquanto não procedessem à reabilitação do Jardim Público Municipal, tinham previsto a comemoração do final do ano, a Páscoa, o “Verão em Tavira”, a Feira da Dieta Mediterrânica, a semana da juventude e a semana do Natal preferencialmente reforçada em termos de componente de animação, que desconhecia se passaria pela iluminação, mas que a ideia era de que fosse diferente para que pudessem ocupar as pessoas ao nível da animação na época de Natal. \_

----Referindo-se ao apetrechamento dos serviços disse que o que pretendiam, obviamente que para além do que já tinha sido falado em termos de mobilidade, era proceder à substituição progressiva do material circulante, substituindo viaturas velhas ou usadas por novas e dedicar as viaturas aos jovens e às crianças que transportavam. \_\_\_\_\_

----Iriam continuar a reabilitação da habitação social para o que lançariam novos concursos mantendo aquele processo cujo objetivo era de que ao longo dos quatro anos seguintes toda a habitação social pudesse ser reabilitada incluindo o Bairro Social Humberto Simão em Cabanas, o Bairro Social de Santa Luzia e o Bairro Social da Luz de Tavira. \_\_\_\_\_

----Queria ainda informar sobre o trabalho que estavam a desenvolver ao nível do PDM – Plano Diretor Municipal sendo que no orçamento também estava destinado um valor substancial para os instrumentos de planeamento que, por via de algumas alterações legislativas que iam acontecendo de vez em quando, iam atrasando um trabalho que já se encontrava avançado e que devido às conferências de publicitação seria tornado público. \_\_\_\_\_

----Ao nível da gestão da Câmara Municipal a rúbrica de “Recursos Humanos” aumentava também pela abertura de concursos de recrutamento de pessoal, que eram forçados a abrir, pois tratava-se de um processo de substituição natural. Desde o ano de dois mil e nove que tinham perdido mais de cem trabalhadores pelo que tinham previsto no mapa de pessoal a abertura de concursos para bombeiros, cujo quadro estava a ficar deficitário. Assim, pensavam abrir concurso para mais dez bombeiros para reforço do quadro, no que tinham que ser contempladas algumas substituições de bombeiros de primeira cuja aposentação, se tudo corre-se normalmente, já estava programada. Tinha ainda previsto a abertura de concurso para vinte e dois assistentes operacionais sendo dez para as escolas, três para os museus, três para os serviços de limpeza, três para operadores de comunicações e mais três assistentes operacionais por força do processo de internalização da EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, Lda. \_\_\_\_\_

----Tinham ainda prevista a abertura de concurso para doze técnicos superiores especialmente nas áreas de engenharia e arquitetura precisamente para reforçarem a componente porque tinham vindo a elaborar praticamente todo o trabalho, razão porque alguns processos se tinham atrasado, contudo presentemente era mesmo necessário realizar nem que fosse apenas porque também tinha atingido o seu último mandato e, se não o fizesse, já não teria essa oportunidade. Assim era necessário rejuvenescer a capacidade técnica da engenharia e arquitetura da Câmara Municipal porque eram quem

dava garantias de que os processos estavam a ser bem elaborados, nomeadamente os serviços de fiscalização. \_\_\_\_\_

----Também tinham prevista a abertura de concurso para dez assistentes técnicos a distribuir por vários serviços, o que não queria dizer que a verba tivesse que ser toda consumida porque quando era elaborada a projeção do orçamento este tinha que compreender toda a perspectiva de despesa corrente relacionada com o mapa de pessoal, o que consideravam ser uma boa regra. \_\_\_\_\_

----Não estava prevista a criação de nenhuma estrutura intermédia, ou seja, alteração do quadro dirigente da Câmara Municipal que apesar de a lei o permitir por estarem em equilíbrio financeiro, flexibilizando as estruturas que podiam criar, estas mantinham-se com doze divisões e uma estrutura de terceiro grau. Iriam sim tentar aproveitar aquela flexibilização referente à contratação de pessoal, não lançando todos os concursos em simultâneo mas ao longo do ano para tentarem ir reforçando os quadros técnicos da Câmara Municipal, administrativos e assistentes operacionais porque eram importantes para se efetuar o rejuvenescimento, não querendo dizer que fossem todos jovens, pois bastava pensar que para cada concurso que fosse aberto poderia acontecer que concorresse alguém já com vínculo à função pública que, de acordo com as regras gerais de admissão da administração pública, teria preferência na admissão. \_\_\_\_\_

----Pensava ter referido tudo, o orçamento era de trinta e um milhões e quinhentos mil euros e estava previsto em GOP para o ano de dois mil e dezoito uma rubrica de "*Financiamento Definido*" e outra de "*Financiamento não Definido*". Assim tudo o que estivesse em "*Financiamento Definido*" estava compreendido no valor total do orçamento, trinta e um milhões e quinhentos mil, e tudo o que fosse "*Financiamento não Definido*" seria integrado pelo saldo de gerência que, de acordo com o novo Orçamento do Estado que tinha sido promulgado podia ser efetuado não através de uma forma consolidada de revisão do orçamento em fevereiro ou abril, mas através da aprovação do mapa de fundos de caixa pelo Órgão Executivo. \_\_\_\_\_

----Assim o que tinham projetado e que constava em "*Financiamento não Definido*" era o que no ano anterior, com alguma polémica, tinham feito e que tinha dado origem a alguma discussão sobre a matéria, o saldo de gerência que, no momento, estimavam ser superior a treze milhões de euros, o que significava que quando fizessem aquela operação ou através do saldo de gerência ou de operações de fluxos de caixa, o orçamento em apreço ascenderia a cerca de quarenta e cinco milhões de euros cujo valor considerava significativo. \_\_\_\_\_

----A projeção que tinham era de que a receita passaria os cem por cento, ou seja, esperavam que no corrente ano se verificasse uma arrecadação da receita na ordem dos cento e cinco por cento e que a despesa não ultrapassasse os oitenta por cento o que provava que em ano de eleições a economia estava a desenvolver-se muito bem e funcionava, tendo por isso a Câmara recebido mais dinheiro



nomeadamente do setor imobiliário onde as variações eram interessantes, e não se tinha verificado qualquer descontrolo para a execução de investimento a qualquer custo à última da hora. \_\_\_\_\_

----Assim, o que iriam fazer ao longo dos quatro anos seguintes seriam as intervenções que eram necessárias e que constavam no programa eleitoral que tinham apresentado, tentando executá-las todas, que desconhecia se conseguiriam, mas o certo era que sem dúvida se iriam esforçar para tal e, simultaneamente, como tinha sido aprovado na Assembleia Municipal anterior, reduzindo as taxas que, não se tratando de ano eleitoral, mesmo assim tinham voltado a baixar o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, que considerava importante mesmo tratando-se de uma pequena parcela mas que era um sinal que davam de que o processo seria para continuar, sendo encarado de forma gradual para que não acontecesse o mesmo que tinha ocorrido em outros tempos uma vez que, de repente, a economia podia mudar e não disporiam de verba para o que quer que fosse. \_\_\_\_\_

---Relativamente à Área Social iriam continuar a apoiar as associações, as instituições, as escolas, as famílias, os livros e material escolar, as refeições escolares, como já ali tinha sido explicado apoiando os que necessitavam, apoiando os movimentos associativos, sociais, culturais, desportivos e continuando a apoiar de igual modo as juntas de freguesia, conforme constava no orçamento, cujo valor que lhes estava destinado no âmbito da delegação de competências no quadro dos municípios do Algarve era o mais elevado de todos. \_\_\_\_\_

----Para terminar disse que esperavam realizar todas as ações sem terem que recorrer a endividamento bancário, que veriam o que aconteceria, mas presentemente não tinham qualquer ideia se seria ou não necessário por uma questão de gestão, porém não lhes parecia. Veriam como iria evoluindo a execução orçamental e como conseguiriam operacionalizar as intervenções que estavam projetadas no mesmo. \_

----O Membro Jorge Corvo disse que relativamente ao orçamento apresentado iria começar pela sua formulação e distribuição para discussão. Pensava que o mesmo deveria ter sido presente para discussão na reunião de Direito de Oposição, com a devida antecedência, o que não tinha acontecido, sendo que tinham tido a oportunidade de o referir na mesma deixando presente a reclamação, não por reclamar, mas para que nos anos seguintes a situação não se repetisse. \_\_\_\_\_

----Por outro lado, o mesmo documento não tinha sido entregue, ou pelo menos os Vereadores do PSD em Reunião de Câmara, tinham formulado um voto contra por não terem tido tempo suficiente para analisarem o documento uma vez que até ao contrário de outros anos em que a reunião se realizava a uma terça-feira, em que o final de semana poderia ser aproveitado para analisar o mesmo, desta feita tal não tinha podido acontecer. Para além disso, ainda se tinha verificado a substituição de documentos na plataforma eletrónica sem que os Vereadores tivessem sido avisados, o que tinha resultado na declaração de voto apresentada e onde constava aquela questão. \_\_\_\_\_

*José*  
*Sup.*

---O Presidente da Câmara disse que a questão já tinha sido devidamente explicada em Reunião de Câmara, com a informação de que não tinha sido alterado qualquer documento, constando essa explicação na respetiva deliberação. \_\_\_\_\_

---O Membro Jorge Corvo disse que relativamente ao documento em si, ele poderia e deveria facilitar a análise até porque o tempo disponível para a sua apreciação tinha sido menor. \_\_\_\_\_

---Tratava-se de um documento que sofria algumas alterações de estrutura, alterava os objetivos estratégicos, pelo que merecia, no mínimo, que nele constasse um conjunto com as peças descritivas e os respetivos quadros comparativos com os anos anteriores. Sabia que o orçamento do ano anterior seria de difícil comparação pois contemplava indevidamente o saldo de gerência, o que não devia de acontecer, mas tinha sido o orçamento que tinha existido e que devia de ser comparado. \_\_\_\_\_

---Porque tinham tido uma maior dificuldade de análise, tinham consultado alguma literatura relativamente a boas práticas na elaboração de orçamentos que referiam que para além dos quadros comparativos que deveriam existir, nas peças escritas deveria constar informação suficiente para que quem não fosse um especialista ficasse com uma panorâmica geral do orçamento sem ter que consultar as GOP. No caso daquele documento tal não era possível pois para o conseguirem entender tinham que esmiuçar as GOP. \_\_\_\_\_

---Também era referido como boas práticas a inclusão de mais dois documentos, um anexo referente às atividades mais relevantes e outro referente ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos que também não constavam no orçamento. \_\_\_\_\_

---Passando a análise do documento em si, disse que pretendia formular algumas questões quanto aos objetivos estratégicos e às prioridades que nele eram definidas. Alguns dos objetivos estratégicos que tinham sido definidos alteravam completamente o que anteriormente estava definido ou agregavam objetivos diferentes. \_\_\_\_\_

---Iniciando pela requalificação e valorização do concelho, cabia naquele objetivo uma série de situações e visava sobretudo valorizar, desenvolver e incentivar uma série de setores de atividade como a agricultura, pesca, indústria, comércio, empreendedorismo, atividade empresarial e outras. No entanto ao verificar as GOP que se encontravam em anexo constava apenas a reabilitação do edifício do Compromisso Marítimo, requalificações, pavimentações e pouco mais. \_\_\_\_\_

---Da intervenção que o Presidente da Câmara tinha feito havia uma questão que gostava de colocar. Relativamente aos parques e jardins infantis o seu custo era de cerca de trezentos mil euros, no entanto, no orçamento apenas estavam contemplados dez mil euros diluídos em plano plurianual. \_\_\_\_\_

---Quanto a outro ponto que lhe era particularmente querido, a ponte sobre o Rio Gilão, também constavam apenas os valores iniciais. Ele, como todos, gostaria que aquele projeto fosse amplamente discutido pela sociedade taviense e seriamente avaliado, no entanto tinha parado com o processo por saber que o projeto que lhe tinha sido entregue e que tinha divulgado não era o projeto final, tendo

tomado conhecimento, na última sessão, que o projeto final estava para ser apresentado, cuja data gostaria de saber. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao primeiro objetivo acabavam por ficar algo confusos por este não responder ao que eram as apostas estratégicas. \_\_\_\_\_

---Quanto ao segundo objetivo onde estava incluído o turismo, também se resumia a pouco mais que divulgação, trabalhos especializados, *muppies* e um plano estratégico de turismo para o que estavam alocados vinte e cinco mil euros. Portanto também em relação ao ano transacto era substancialmente reduzido. \_\_\_\_\_

---O objetivo seguinte que anteriormente incluía a cultura e o turismo que em algumas situações fazia bastante mais sentido, tinha passado a ter o património junto com a cultura. Considerava que era mais difícil de analisar, porém se na parte do património retirassem os cerca de dois milhões e trezentos e setenta mil euros do Cineteatro, também acabavam por verificar que existia uma redução substancial do objetivo cultura sobre o que também gostaria de uma explicação. Naquele objetivo ressaltava-se pelo lado positivo o reforço de cerca de duzentos e setenta e cinco mil euros para o apoio a instituições culturais. \_\_\_\_\_

---O ponto seguinte, promover a coesão social do concelho, era o ponto em que tinham sentido maiores dificuldades de entendimento. Tratava-se de um ponto fulcral em que, de facto, deveriam de investir, sendo também um ponto focado por todos na campanha eleitoral, unânimes sobre a necessidade de investimento, até porque no concelho de Tavira existia o problema acrescido das diferenças entre quem vivia na serra e quem vivia no litoral sendo que nada disso estava considerado no *item* da ação social. \_\_\_\_\_

---A educação e na juventude pensava que se mantinham bem, no entanto, os balneários das escolas que estavam previstos continuavam sem certezas quanto ao que iria ser executado e quando, pelo que também deixava a pergunta. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao *item* do desporto, de facto, tinha deixado de constar uma série de intervenções que tinham sido concluídas no ano anterior, contudo verificava-se uma redução bastante acentuada salvo no valor que se destinava, e bem, ao apoio às instituições. Ao contrário do que tinha acontecido ao longo dos últimos dois mandatos, no aumento também deveria de ser considerado que o programa de apoio ao associativismo fosse finalmente revisto e cumprido de modo a que as situações fossem mais claras e transparentes. Outra questão que também pretendiam colocar referia-se ao facto de terem verificado que naquele objetivo tinha sido retirado das GOP a recuperação das bancadas, instalações sanitárias e campo do Ginásio Clube de Tavira, o que para além do diferendo existente, consideravam que não devia de acontecer até porque sendo aquele equipamento necessário acabava por se relacionar, e muito, com a identidade da cidade de Tavira. \_\_\_\_\_

---O Membro Jorge Corvo referiu que não se pretendia alongar até porque os objetivos seguintes não tinham sido considerados em anteriores orçamentos, não sendo considerados como objetivos estratégicos mas funcionamento normal, interno, operações financeiras, sendo que a Assembleia Municipal também tinha passado a integrar um objetivo. Compreendia que existisse uma melhoria, um crescimento do número de funcionários e que tal facto passasse a fazer parte de um objetivo sendo que esperava que também se verificasse um incremento da qualidade quer dos serviços, quer no rejuvenescimento dos funcionários da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Abordando uma questão transversal ao orçamento que tinha ali sido discutida anteriormente, o IMI, que também agora constava nos quadros comparativos, para além do que já tinham dito na última sessão, apenas pretendia ressaltar que apesar de se tratar de uma redução pouco significativa da taxa, continuava a verificar-se um crescimento da receita pelo que, mesmo considerando os objetivos e o equilíbrio económico, pensava que poderiam ajustar um pouco mais. \_\_\_\_\_

---Voltando à questão social, tinha-se esquecido de mencionar um problema, que pensava seria um problema de Tavira nos tempos futuros, que estava relacionado com a habitação para todos os jovens tavienses uma vez que a população de Tavira já por si estava a envelhecer, conforme era comprovado estatisticamente, e as novas aquisições por parte da população estrangeira faziam com que para além de haver um maior envelhecimento o custo das habitações fosse onerado. Assim, pensava que não sendo viável no orçamento em apreço a retoma da habitação social ou a criação de meios, por exemplo em coparticipação com entidades financeiras ou programas que permitissem um acesso mais fácil dos jovens tavienses à habitação porque cada vez era mais difícil, estes deveriam de ser considerados em próximos orçamentos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que pensava que o Membro Jorge Corvo tinha feito algumas considerações e colocado algumas questões, que tinha anotado, que lhe pareciam pertinentes. Iria responder a algumas porque outras havia que não tinha capacidade de responder naquelas circunstâncias, com tanto pormenor, porém teria todo o gosto em responder a todas as questões. \_\_\_\_\_

---O orçamento tinha o valor de trinta e um milhões e quinhentos mil euros que uma vez sendo integrado o saldo, passaria a ter um valor substancialmente superior o que queria dizer que algumas rubricas seriam completadas, sendo que outras situações saíam das rubricas gerais de outros investimentos, outras despesas, porque o orçamento lhes permitia não discriminar tanto. As novas regras de orçamento permitiam que as GOP fossem constituídas por conjuntos, rubricas gerais. \_\_\_\_\_

---Estavam a referir-se a um orçamento para um ano cuja capacidade de fazer intervenções requeria algum exercício tanto mais que a Lei da Contratação Pública tinha sido alterada, nada ficando mais fácil, pelo contrário. Para uma empreitada com valor até cento e cinquenta mil euros cujo procedimento anteriormente poderia ser efetuado por ajuste direto embora a Câmara Municipal de Tavira nunca tivessem utilizado aquele sistema, presentemente o limite era de setenta mil euros para as empreitadas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

e trinta mil euros para as prestações de serviços. Assim, a própria Lei da Contratação Pública que iria entrar em vigor no dia um de janeiro seguinte iria tornar a contratação mais difícil. \_\_\_\_\_

---De qualquer forma os trinta e um milhões e quinhentos mil euros não estavam todos contemplados em rúbricas gerais. Concordava com o Membro Jorge Corvo no facto de pelo orçamento ser elaborado por uma matriz, apesar de conservador no propósito, a ordenação das rúbricas tinha outra lógica o que tornava mais difícil a comparação de rúbricas a que estavam habituados. Provavelmente o orçamento do ano seguinte seguiria a mesma distribuição mas presentemente tinha havido uma quebra da fórmula como era elaborado pelo que as leituras comparadas não eram assim tão lineares. Porém se analisassem as GOP pelas várias rúbricas, todas as intervenções constavam, as que tinha referido, não se verificando qualquer redução para a educação, como o Membro tinha frisado, tal como não se verificava qualquer redução para a ação social estando apenas distribuídas de forma diferente. \_\_\_\_\_

---Citando como exemplo a intervenção nos parques infantis que o Membro Jorge Corvo tinha referido como tendo o valor irrisório de dez mil euros, na página sete das GOP poderiam verificar que se encontravam duzentos e oitenta e nove mil e trezentos euros, pois tinha sido ordenado de forma diferente, tal como constava na página oito uma verba de duzentos e sessenta e cinco mil euros para a "Remodelação dos Balneários da Escola D. Manuel I". Assim, constatava-se que a rúbrica estava aberta com mil euros em financiamento definido e duzentos e sessenta e quatro mil euros para incorporar, contudo a rúbrica existia. Assim com a incorporação do saldo de gerência seriam incorporadas as rúbricas porque o valor passaria a definitivo, contudo, naquele caso específico o valor era superior e requeria a celebração de um protocolo com o Ministério de Educação porque presentemente já não existia qualquer protocolo entre o Ministério de Educação e a Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Na área da cultura, como tinha sido dito, não se verificava qualquer redução substancial, antes pelo contrário, as instituições culturais continuariam a ter os mesmos programas, talvez com dotações reforçadas para a realização das suas atividades. \_\_\_\_\_

---Concordava com a revisão do RMAAD - Regulamento Municipal de Apoio à Atividade Desportiva que o Membro Jorge Corvo tinha falado, que pretendiam que acontecesse durante o corrente mandato, tal como outros regulamentos, nomeadamente o regulamento dos apoios sociais e dos apoios culturais para o que também pretendiam criar regras no sentido de serem mais transparentes. \_\_\_\_\_

---Relativamente à habitação para jovens, não se encontrava dotada porque tinham que perceber qual seria o tipo de financiamento. Presentemente o Governo tinha aprovado a Lei de Bases, que se encontrava em consulta pública, para a criação de medidas políticas com financiamentos para poderem, de alguma forma, orientar aquela questão, se habitação social, se cooperativismo ou outra, porém o que não podiam era cair no endividamento bancário para construir habitação social. Praticamente todos os empréstimos que no momento estavam a liquidar estavam relacionados com a habitação social tendo sido contratualizados há mais de oito anos. \_\_\_\_\_

*Handwritten signature and initials*

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que as considerações a respeito do orçamento deveriam de ser efetuadas de forma global, na ordenação das rubricas e o que comportavam, e não na ordenação que comportava anteriormente uma vez que se tratava de um documento cuja orientação era completamente diferente. \_\_\_\_\_

---O que podia garantir era que incluía todas as situações que iriam realizar no prazo dos trezentos e sessenta e cinco dias do ano seguinte porque posteriormente haveria um novo orçamento para o ano de dois mil e dezanove. \_\_\_\_\_

---Para a ponte sobre o Rio Gilão, também se encontrava no orçamento uma projeção de mil euros, mais cento e cinco mil euros e um milhão e quatrocentos mil para o ano seguinte. O que pretendia dizer era que o projeto da ponte sobre o Rio Gilão estava concluído sendo que do mesmo seria dado conhecimento aos Órgãos pois pretendiam solicitar a comparência do arquiteto para confrontarem o projeto com o solicitado. Considerava que nenhum projeto para uma ponte era absolutamente consensual existindo uma panóplia de opiniões mas o que diziam desde há oito anos era que Tavira iria possuir uma nova ponte sobre o rio no mesmo local da existente. Aquela questão estava escrita no seu programa eleitoral quer de há oito quer de há quatro anos, sendo que no programa eleitoral daquele ano podia ler-se a substituição ou reformulação da ponte do Rio Gilão. Assim iriam verificar o projeto e posteriormente cada um tomaria as suas opções. \_\_\_\_\_

---Quanto ao Ginásio Clube de Tavira, em plena campanha eleitoral, aquela associação do concelho de Tavira tinha anunciado que tinha interposto uma ação judicial contra a Câmara Municipal, efetuado algumas considerações, e solicitado cerca de dois milhões e oitocentos mil euros de indemnização. \_\_\_\_\_

---O que constava naquele orçamento relativamente ao Ginásio Clube de Tavira era o pagamento do valor mensal pela ocupação do campo, o direito de superfície. Quanto aos projetos, que estavam praticamente concluídos, não constavam no orçamento, o que poderia acontecer, mas não lhe parecia que fosse com ações judiciais que as questões se resolviam porque se fosse para pagar dois milhões e oitocentos mil euros como solicitavam, veriam ao nível do Supremo Tribunal, sendo certo que seguramente ele já não seria Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

---Considerava importante que os sócios do Ginásio Clube de Tavira, pessoas de bom senso, tivessem uma atitude proativa para tentarem solucionar a questão porque não tinha sido ele que tinha interposto a ação judicial contra a Câmara Municipal, mas o Ginásio Clube de Tavira. Tinham contestado e naquele mesmo dia tinha lido a reconvenção do Ginásio sendo que a história não se escrevia de forma diferente e se este não sabiam o que era enfrentar uma crise como a que tinham passado nos seus primeiros quatro anos de mandato e ficavam fixados na necessidade de executarem uma intervenção, também aquele Executivo a julgava necessária, porém não lhe parecia que fosse com ações judiciais a pedir somas avultadas, o que seria apurado em Tribunal se chegassem a esse ponto, que resolveriam. \_\_\_\_\_

---Existiam naquela sala vários sócios do Ginásio. Ele nada tinha contra o Ginásio mas confessava que “*não tinha estômago*” para que em plena campanha eleitoral o Ginásio anunciasse que tinha interposto uma ação em Tribunal contra a Câmara Municipal por incumprimento, solicitando dois milhões e oitocentos mil euros, sobre algo que tinham vindo a conversar para colocar nos projetos, pelo que não poderiam esperar que o orçamento o contemplasse. Lamentava mas as dotações que seriam incorporadas teriam muito âmbito, sendo que, como era evidente, aqueles projetos não tinham avançado por estarem à espera de novas definições. \_\_\_\_\_

---O Membro Jorge Corvo disse que relativamente aos quadros de que tinha falado, eles eram bastante fáceis de fazer, se faziam numa tarde, sendo que o que podia acontecer era que não fossem convenientes, mas faziam-se com facilidade e convinha que acompanhassem o orçamento. \_\_\_\_\_

---Relativamente ao Ginásio, como tinha ressalvado, a questão não era o Ginásio mas o património de Tavira. Como todos sabiam a pista era-lhe muito querida, pelo que quando ali fossem executar uma intervenção o seu custo não seria nem o dobro, nem o triplo, mas muito mais, porque se estava tudo a degradar sendo que quem utilizava a pista ou o campo de jogos não era o Ginásio, que apenas ocupava uma pequena parte do tempo, pois a gestão era efetuada pela Câmara Municipal, o que deveria de continuar a acontecer não permitindo de forma alguma que aquele equipamento chegasse a uma situação de impossibilidade de recuperação, que podia acontecer, como já acontecia relativamente à bancada. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara referiu que era importante que tivessem claro que nada tinha contra o Ginásio ou os seus sócios. A Câmara possuía verba e vontade de ajudar, mas tratava-se de uma Associação que tinha recorrido a Tribunal porque tinha cessado unilateralmente as negociações que vinham a manter, que por se ter cansado de esperar por algo que estava a ser trabalhado de modo a tentarem requalificar o espaço, tinha interposto uma ação em Tribunal solicitando uma enorme verba de indemnização. Até poderiam pagar, mas considerava que devia de haver algum bom senso porque, subscrevendo o que o Membro Jorge Corvo tinha referido, era importante que uma Câmara Municipal que tinha sido demandada judicialmente por uma associação do concelho, dispusesse de algum tempo para pensar sobre aquela matéria porque, em momento algum, poderia investir numa situação sobre o que poderia vir a ser condenada a pagar por uma questão de património. Tal não podia acontecer sendo que a situação de litígio tinha que ser cessada por quem a tinha colocado para que voltassem a conversar. \_\_\_\_\_

---Pensava que felizmente o Ginásio tinha muitos e bons sócios que podiam trabalhar naquela matéria que pela sua parte, como sempre tinha estado, estava disponível pois reconhecia que a degradação do património era evidente apesar do que constava na peça processual, na petição inicial, que eram sempre um pouco levadas ao exagero, mas considerava que a solução do problema residia no bom senso até porque não se tratava de politica para onde o assunto nunca deveria ter sido levado, sendo

certo que se assim o considerassem se degradaria concerteza, porque enquanto fosse tratado como uma questão política nada seria resolvido. Assim se pretendessem resolver a situação, provavelmente a Câmara contribuiria, todavia existia um pormenor chamado ação judicial contra o Município de Tavira que, obviamente teria que ser retirada. \_\_\_\_\_

---O Membro Artur Sanina disse que relativamente ao orçamento tinham analisado o documento e existiam aspetos positivos que pretendiam salientar como era o caso, já ali falado na Assembleia Municipal anterior, da Câmara assumir o custo das refeições escolares melhorando assim a qualidade, saúde e educação dos jovens. \_\_\_\_\_

---Pensavam que se tratava de um orçamento equilibrado com a redução do passivo em cerca de um milhão e quatrocentos mil euros, com a criação de novos postos de trabalho, o que consideravam aspetos positivos que também pretendiam salientar. \_\_\_\_\_

---No entanto queriam chamar à atenção para alguns aspetos importantes que deveriam de ser considerados no futuro. \_\_\_\_\_

---Um dos aspetos referia-se ao Orçamento Participativo que deveria de envolver as juntas de freguesia e as pessoas da comunidade, como já tinha sido elaborado em Tavira e que no futuro seria um fator enriquecedor do orçamento. \_\_\_\_\_

---Relativamente aos objetivos estratégicos e prioridades do orçamento da Câmara Municipal de Tavira, tinham sido definidos cinco objetivos que em resultado da análise que tinham feito, consideravam que a sua ordem deveria de ser invertida destacando o terceiro, promover a coesão social do concelho, que poriam em primeiro lugar porque, como já tinha sido falado, consideravam que a habitação social era importante para os jovens e para as famílias que se pretendiam estabelecer em Tavira. Acerca daquela questão, o Presidente da Câmara tinha respondido que aguardavam novas orientações do Governo mas, desconhecia se estava presente no público o jovem que lhes tinha remetido uma carta, onde referia que se sentia desesperado porque realmente a habitação social não estava a ser considerada pelos partidos políticos de Tavira e nem sequer era abordada nos seus programas. \_\_\_\_\_

---Colocavam aquele como assunto como principal pois apesar do Presidente da Câmara referir, e bem, que estavam a aguardar novas orientações por parte do Governo, a habitação social já existia e há cerca de dez anos que nada era construído não existindo qualquer salvaguarda ao nível do concelho pelo que havia uma enorme carência de habitações para os jovens e famílias que se pretendiam constituir e não dispunham de meios para o fazerem. \_\_\_\_\_

---Seguindo o exemplo de outras autarquias sugeriam que fosse criado um subsídio municipal de arrendamento para prestar aquele apoio porque os preços atuais das habitações não estavam ao nível dos habitantes de Tavira, sendo que não poderiam deixar as pessoas para trás porque se verificassem, presentemente o que existia eram habitações adquiridas por estrangeiros que referiam que assim que terminasse a isenção de impostos venderiam as suas casas e partiriam. Um jovem que pretendesse

adquirir uma habitação em Tavira não conseguia por não dispor de condições para tal uma vez que os preços não estavam ao nível dos seus vencimentos, rendimentos. \_\_\_\_\_

----Pensavam que aquela situação deveria de ser considerada pois se pretendiam promover Tavira, se pretendiam que as pessoas residissem em Tavira, se estabelecessem, teriam que criar condições, principalmente para os jovens, porque o turismo sendo importante, não era tudo. Existia uma grande incapacidade por parte dos munícipes para adquirir habitação própria ao preço do mercado atual, assim tendo a Câmara Municipal um passivo de um milhão e quatrocentos mil euros, propunham que dispusessem de quatrocentos mil euros e adquirissem terrenos para habitação social. \_\_\_\_\_

----Acrescentou que era previsível que na Urbanização do Perogil pudessem habitar cerca de quatro mil pessoas, contudo duvidava que apesar do aumento do número de habitantes a urbanização fosse toda ocupada. Para além disso colocava-se ainda as questões relacionadas com os serviços de saúde, os serviços públicos, o tratamento dos resíduos, a água, os transportes adaptados à nova realidade, questionando se Tavira comportava todo aquele aumento quer fosse ao nível da água, do saneamento, dos transportes, da saúde, se estaria preparada para num futuro próximo receber todas aquelas pessoas. Se pretendiam cativar as pessoas para Tavira não poderiam ter um Centro de Saúde que só funcionava em determinado horário ou transportes públicos que não abrangiam todas as pessoas, sendo que ali já tinham colocado a questão sobre a razão porque o "Sobe e Desce" não chegava a Santa Luzia ou Cabanas. Assim, consideravam que se pretendiam cativar as pessoas teriam que lhes dar condições. \_\_\_\_\_

----Outros aspetos que tinham considerado e que também estavam referidos no orçamento diziam respeito à cultura, relativamente ao que também incluía o desporto. Tinha trabalhado em todas as coletividades desportivas e culturais de Tavira quer como diretor, rececionista, ou o que fosse, pelo que pensava que enquanto a Câmara e as entidades responsáveis pela cultura e desporto do Concelho não arranjassem meios humanos para apoiar as coletividades associativas elas não avançariam acabando por se dissolver. Como exemplos citava o caso dos Leões, do Ginásio, pelas dificuldades existente, da natação que tinha surgido como um esforço de carolice de certas pessoas, e outras coletividades que tinham dificuldades devido à falta de recursos humanos. Assim sugeriam que a autarquia ou outras entidades formassem animadores culturais e desportivos visto não compreenderem a razão por que apenas uma determinada freguesia era valorizada e não todas. Não podiam conceber que uma freguesia tivesse, como o Presidente da Câmara tinha dito, uma continuação dos programas de verão que não sendo possível concretizar na cidade as atividades culturais eram desenvolvidas pela junta de freguesia. Pensava que uma das razões porque não aconteciam nas outras freguesias era precisamente por falta de animadores culturais, de orientadores, necessitando de pessoas formadas para os ajudar, porque a carolice existia, mas as pessoas também se cansavam. \_\_\_\_\_



---Pensavam que para cativar as pessoas também era importante criar condições para os seus animais pelo que não podiam encaminhar hospitais veterinários para Espanha quando se pretendiam instalar em Tavira, ou que, apesar de não ser proibido, fossem criados obstáculos à implementação de locais de acolhimento de animais cujos donos se pretendessem instalar. \_\_\_\_\_

---Relativamente à pesca, que já ali tinham abordado por diversas vezes, louvava o trabalho da Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia ao pretender criar a promoção da rota do polvo e do atum em Santa Luzia. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia solicitou que o Membro fosse mais sintético pois já tinha ultrapassado o tempo que lhe era permitido. \_\_\_\_\_

---O Membro Artur Sanina disse que as suas maiores preocupações seriam a habitação social, as questões das acessibilidades, da mobilidade, dos transportes públicos e da instalação de empresas em Tavira sobre o que pensava que os preços exorbitantes a que se encontravam os lotes afastavam os empresários. \_\_\_\_\_

---Para terminar, referiu-se à concessão dos espaços verdes à TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente, EM. que sendo composta pelas mesmas empresas privadas que integravam a Fagar - Faro, Gestão de Águas e Resíduos E.M., sabia que a cedência dos espaços verdes pelo Município de Faro não tinha obtido o visto do Tribunal de Contas com o fundamento de que não se encontrava enquadrada na atividade da empresa. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia Municipal disse que aquele assunto se encontrava na ordem do dia. \_\_\_\_\_

---O Membro Artur Sanina referiu que o orçamento também mencionava aquela questão, contudo abordaria o tema quando analisassem o referido ponto. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia lembrou o Membro que de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal o BE apenas dispunha de cinco minutos para falar, pelo que o aconselhava a controlar o tempo para perceber que tinha falado mais de quinze minutos pois não pretendia ser acusado de falta de liberdade. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires disse que o orçamento era um tema que enquanto Deputados Municipais tinham a obrigação de estudar profundamente uma vez que era praticamente o cerne da sua presença ali na medida em que estavam a discutir o futuro do ano seguinte do Município de Tavira sendo pois natural que as discussões, as análises, derivassem para muitas áreas uma vez que o orçamento abarcava toda a atividade da Câmara Municipal, sendo portanto lícito que derivassem para várias perspetivas, várias análises e vários enfoques. \_\_\_\_\_

---Era um entusiasta do Executivo em matéria de finanças municipais e considerava que tinha sido efetuada uma revolução com aquela nova equipa que já há dois mandatos tinha vindo a realizar um trabalho extraordinário que não se cansava, naquelas sessões, de relevar a qualidade do trabalho que lhes era apresentado ano após ano. \_\_\_\_\_

---Como já tinha sido mencionado pelo Presidente da Câmara, aquela proposta de orçamento inseria-se numa lógica plurianual pois apesar de ser para um ano tinha-lhe sido conferido um carácter estratégico. A fonte daquele orçamento, não haveria que o esconder e o Presidente da Câmara já o tinha referido, era o programa eleitoral do PS que tinha sido apresentado e esmagadoramente sufragado pelos eleitores de Tavira e, portanto, o que estava a acontecer era a concretização desse programa eleitoral, razão porque o objetivo era alterado bem como algumas prioridades, todavia não seria a concretização do programa eleitoral no primeiro ano mas apenas uma concretização parcial porque um programa eleitoral era composto por ideias que tinham que ser discutidas em GOP e no orçamento, passando das ideias a projetos concretos que por vezes tinham que aguardar que existisse oportunidade para os concretizar, que surgissem a nível nacional os instrumentos financeiros para os enquadrar, sendo pois o que acontecia. \_\_\_\_\_

---Enquanto promotores de uma candidatura, enquanto responsáveis por um programa eleitoral existiam temas importantíssimos, que já ali tinham sido referidos, como era do caso da habitação social ou da habitação para jovens, todavia pensavam que era necessário amadurecer a ideia e aguardar pelos instrumentos nacionais que a pudessem enquadrar sendo, portanto, natural que algumas das questões que consideravam de elevadíssima importância ainda não estivessem contempladas mas estava seguro de que iriam estar ao longo dos quatro anos seguintes. \_\_\_\_\_

---A situação referida também era aplicável ao orçamento participativo que, sendo uma ideia que tinham e que pretendiam concretizar, talvez fosse algo precipitado fazerem-no naquela fase, a poucos meses das eleições, pois pretendiam que o mesmo fosse um sucesso. Assim se pretendiam que o orçamento participativo fosse um sucesso deveriam de ser bem ponderadas questões como em que áreas ou com quem. Pensava que era nesse espírito que o Executivo estava imbuído ao apresentar aquelas propostas. \_\_\_\_\_

---Considerava que o programa apresentado no orçamento tinha como vantagem relativamente aos outros o facto do Orçamento Geral do Estado já se encontrar aprovado, já estar promulgado apesar de não ter sido ainda publicitado, mas já sendo conhecidos os seus valores poderiam não estimar, mas inscrever os valores exatos das transferências, pois qualquer orçamento era elaborado a partir dos valores das receitas que tinham balizas relativamente apertadas, não se colocando o que se pretendia visto existir um conjunto de regras para inscrever as receitas, que apenas após estarem inscritas se passaria às despesas. Assim havia que inscrever as receitas todas muito bem ponderadas, muito razoáveis, muito de acordo com as regras orçamentais a que eram obrigados, tal como tinha sido feito. \_\_\_\_\_

---Naquele aspeto deixava de haver a margem de incerteza na medida em que o Orçamento Geral do Estado já se encontrava aprovado e portanto as verbas apenas tinham sido transferidas de um lado para o outro. O Orçamento Geral do Estado continha uma novidade com consequências no orçamento do Município, sobretudo pelo lado da despesa, uma vez que existia a certeza de que tinha havido o

descongelamento das carreiras da função pública e portanto para além da aposta que a Câmara Municipal tinha feito em alargar o número de funcionários, de quadros do Município, também havia o descongelamento das carreiras, o pagamento do trabalho suplementar e a própria eliminação da Lei dos Compromissos para os Municípios que estavam dentro dos limites da dívida como era o caso de Tavira, que certamente, já tinham tido consequências na apresentação daquele orçamento. \_\_\_\_\_

---Outra referência que pretendia fazer, e que o Presidente da Câmara já tinha mencionado claramente, era o facto de o orçamento ter um valor de trinta e um milhões e quinhentos mil euros sendo que o do ano anterior tinha tido um valor de trinta e seis milhões e seiscentos mil euros contudo tinha existido um valor de catorze milhões que tinha sido muito bem incluído nas GOP pelo que, na prática, a diferença existente do orçamento do ano anterior para o atual era nas "Outras Receitas Correntes" que no ano anterior continham cerca de oito milhões e quatrocentos mil euros e, no atual, apenas cerca de quatrocentos mil euros. Assim verificava-se uma diferença pois se juntassem os cerca de oito milhões e quatrocentos mil euros àquele orçamento em vez de terem trinta e um milhões e quinhentos mil euros teriam, no mínimo, trinta e nove milhões e novecentos mil euros para poderem comparar, todavia já tinham discutido se deveriam ou não incluir, não lhe chamando saldo de gerência mas algo diferente, o que ele era forte defensor pois um orçamento era uma previsão das receitas e das despesas pelo que seria hipócrita que, sabendo que existiam cerca de catorze milhões de euros que dentro de algum tempo estaria disponíveis, considerar que aquela verba não existia. O exercício que tinha sido efetuado considerando espectável o saldo de gerência, do seu ponto de vista tinha sido bem feito atendendo a que um orçamento era uma previsão o mais rigorosa possível do que ia acontecendo, porém aquela discussão já estava ultrapassada. A Lei ainda não o permitia, contudo no corrente ano os procedimentos tinham sido alterados, o que praticamente não se tinha notado, porque o orçamento era de tal monta e tinha crescido de tal modo que os trinta e um milhões e quinhentos mil euros quase se aproximavam do anterior. Na prática, o orçamento iria atingir quase quarenta e cinco milhões de euros o que representava um enorme salto da atividade do Município. \_\_\_\_\_

---Relativamente à despesa que já ali tinha sido referida, gostava de destacar a consequência do aumento das despesas com pessoal em cerca de um milhão de euros por via dos novos quadros, do descongelamento das carreiras e do que não era pago anteriormente, mas em contrapartida deveria de ser verificado relativamente ao orçamento do ano transato que as aquisições de bens e serviços também desciam cerca de um milhão e seiscentos mil euros. \_\_\_\_\_

---Realçava ainda o acréscimo de transferências de capital, uma muito melhor utilização dos fundos comunitários e a sua procura por forma a injetar verba na Câmara Municipal há semelhança do que se tinha efetuado no passado e verificando-se que existia um acréscimo substancial. \_\_\_\_\_

---Outra questão que também pretendia focar era a boa prática de elaboração dos orçamentos e que estava presente no documento em apreço uma vez que as rúbricas designadas "Outras Receitas



*Handwritten signature/initials*

*Correntes*", "*Outras Receitas de Capital*", "*Outras Despesas Correntes*" e "*Outras Despesas de Capital*" continham valores residuais, pelo que a crítica que era feita no passado, há dez, doze anos, em que eram mais recorrentes quando se pretendia gerir com maior à vontade sem grandes compromissos colocando tudo em "*Outras*", presentemente aquelas rúbricas quase tinham desaparecido do orçamento. Tratava-se de uma novidade relativamente a orçamentos anteriores sendo que era uma excelente prática de quem elaborava os orçamentos, no caso, da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Pretendia ainda abordar uma questão, porém o Presidente da Câmara já tinha explicado muito bem, que dizia respeito à opção do financiamento definido e não definido que tinham feito e que constava no mapa das GOP, sendo que relativamente ao "*Financiamento Definido*" eram apurados exatamente trinta e um milhões e quinhentos mil euros para o ano de dois mil e dezoito e um conjunto de intervenções, investimentos, no valor de onze milhões e duzentos mil euros que constavam em "*Financiamento não Definido*". \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires disse que como nota dissonante, e que estava relacionada com um documento que também lhes tinha sido apresentado, que ele como economista não podia deixar de referir a sua impressão, estava relacionada com a TaviraVerde. Estavam a discutir o orçamento da Câmara Municipal, o mapa de pessoal, mas também lhes tinha sido apresentado o orçamento da TaviraVerde. Pela leitura que tinha efetuado, não de forma muito detalhada, tinha-lhe sido possível verificar a falta de clareza do mesmo, que não sendo para discussão, se encontrava em anexo. \_\_\_\_\_

---Parecia-lhe que as contas da TaviraVerde andavam algo ao arrefio da política da Câmara não se verificado o mesmo que na última, como as grandes preocupações de redução do passivo, de redução dos encargos bancários que na Câmara Municipal eram praticamente irrelevantes, a TaviraVerde propunha-se contratar para o ano em apreço um crédito de mais dois milhões de euros. Apresentavam uns resultados líquidos que não compreendia até porque, antes dos impostos, tinham um valor de precisamente de dois milhões de euros. Presentemente estavam com um passivo de catorze milhões de euros, pelo que, chamando-lhes alertas, não podia deixar de os fazer pois provavelmente nem seria a Assembleia Municipal a analisar o documento mas considerava que os pressupostos da TaviraVerde, que mencionavam três em relação à Câmara Municipal, sendo portanto onde tinham enfoque os dois orçamentos, baseavam-se na renovação do contrato para a limpeza de praias, na renovação do contrato para os espaços verdes e ainda na assinatura de um novo contrato para a limpeza urbana. Tinha conhecimento dos dois primeiros, desconhecendo o terceiro, sendo que já ali tinham abordado a questão do lixo, água, uma vez que estavam a liquidar o lixo através da fatura da água. \_\_\_\_\_

---Reiterou que, do seu ponto de vista, o orçamento da Câmara Municipal estava excelente, não deixando contudo de efetuar aqueles alertas até com grande desconhecimento, independentemente do que o Membro Jorge Corvo tinha referido quanto à falta dos mapas comparativos com o ano transacto, pois tinham tido bastante tempo para o analisarem. Tinha lido o orçamento todo sendo que o do ano

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

anterior se encontrava disponível no *site* da Câmara Municipal pelo que tendo disposto de quinze dias para efetuarem todas as contas, não se verificava falta de tempo. \_\_\_\_\_

----Como já tinha dito, relativamente à TaviraVerde não conseguia ter a mesma clareza nem a análise dos números que tinha no documento da Câmara Municipal e por conseguinte efetuar aquelas afirmações tão perentórias. As questões que tinha eram mais pontos de interrogação, eventualmente alertas, até porque considerava que o investimento da TaviraVerde tinha ficado aquém do desejável. Tinham falado em quatro ou cinco milhões de euros de investimento anual nos primeiros anos da parceria público-privada, ou como quisessem chamar, que tinha baixado bastante passando esta a investir cerca de dois ou um milhão de euros, acompanhados por um endividamento à banca, pelo que, como técnico, levantava aquelas questões que se sentia obrigação de ali as referir. \_\_\_\_\_

----O Membro Jorge Corvo disse que ficava contente que o Membro Brandão Pires tivesse ficado satisfeito com a distribuição do previsível saldo de gerência pelas GOP porque era o que desde há muitos anos defendia, mesmo no ano anterior, naquela Assembleia, em que lhe tinha sido dada a oportunidade de falar e que, na altura o Membro Brandão Pires não tinha concordado, mas ainda bem que tinha razão, porém não estavam completamente contentes porque a matéria na sua totalidade não tinha sido bem tratada. \_\_\_\_\_

----Quanto à questão do orçamento e do cumprimento, do rigor, até ao momento a Lei das Finanças balizava a questão de uma forma que a condução, e não cometia o sacrilégio de dizer que era automática, mas balizava bastante. O grande desafio seria a partir do primeiro dia de janeiro seguinte com o término da mesma. \_\_\_\_\_

----O Membro Pedro Soares cumprimentando os presentes disse que pretendia congratular o Executivo *"em relação ao balanço da obra feita no que respeita às obras em edifícios escolares e públicos, parques infantis e escolares, bem como todas as intervenções nas ruas da cidade, nas medidas de requalificação de algum do património, bem como da abertura de concurso para novos postos de trabalho.* \_\_\_\_\_

----*Porém o PCP acha que a obra não pode terminar aqui, pode ir mais longe.* \_\_\_\_\_

----*Há uma falha na parte deste Executivo no que respeita a atravessamentos, um dos objetivos estratégicos deste orçamento no que respeita à segurança, e gostaríamos de saber se este orçamento o contempla, nomeadamente na ligação para norte da 125, na zona da Pegada, Perogil, pois infelizmente por vezes mais um acidente ocorre.* \_\_\_\_\_

----*Ainda em relação à 125 gostaríamos de colocar algumas questões:* \_\_\_\_\_

----*Se este Executivo pensou no impacto quando as obras começarem que se sofrerá na cidade. Ainda em relação às alternativas, quais são estas, se estão pensadas, na altura do início das obras. Assim se me é permitido e em forma de sugestão o PCP acha que na altura das intervenções neste troço a Câmara Municipal de Tavira, sozinha ou conjuntamente, deveria de fazer pressão junto ao Governo Central de*

forma a poderem isentar as portagens na Via do Infante, única alternativa credível na deslocação, medida que achamos adequada para os munícipes para que estes não sejam duplamente penalizados. \_

----No que respeita à educação, uma das prioridades por nós por diversas vezes aqui defendida, seria a construção de mais estabelecimentos escolares públicos ou mesmo a abertura de bastantes mais vagas públicas na educação pré-escolar. \_\_\_\_\_

----No campo da cultura, turismo e património reconhecemos que este orçamento poderia ir mais longe, pela nossa história beleza e património, tem Tavira potencialidades para acolher mais turistas tanto nacionais como estrangeiros, pois só uma informação mais detalhada da excecionalidade do nosso concelho permitirá um maior usufruto da atratividade que é objetivo estratégico deste documento. Medida que passaria pela maior promoção e colaboração com as agências de turismo, facilidade de acesso às praias e ilhas durante o ano inteiro, colocação de mais placas multilingues em locais e monumentos de realce histórico e bem como natural, entre outros. Bem como a criação de condições de e para o desenvolvimento do barrocal e serra do nosso concelho como polos turísticos de excelência. \_\_\_\_\_

----Relativamente ao ponto da melhoria das acessibilidades, o PCP como noutras alturas já aqui referiu, concorda que estas medidas devem de ser pensadas conjuntamente com uma maior planificação dos transportes públicos pois cidadãos que vivam no interior no nosso concelho não devem de continuar sujeitos a duas e três carreiras diárias. Com uma atividade económica globalmente mais fraca que a média algarvia, Tavira precisa prestar muita atenção à sua dinamização, como já foi referido aqui no caso do turismo. Mas dada a sua extensão rural a vocação agrícola, o coberto florestal e o risco de incêndios é fundamental para conhecer e regularizar a estrutura de propriedade do concelho a ordenação do território, estimular a atividade produtiva e para adequada gestão florestal que sejam finalizados e publicitados os resultados do cadastro predial, especialmente do cadastro rustico do Municipio. \_\_\_\_\_

----Um concelho com uma proporção de superfície florestal superior à da região e do país uma adequada gestão florestal designadamente com a concretização de uma rede de faixas de gestão de combustíveis para aumentar a resistência do território e facilitar o combate aos fogos, bem como no âmbito desta execução se enquadra a limpeza das bermas e valetas em todo o concelho. \_\_\_\_\_

----Para nós estas continuam a ser medidas fundamentais para evitar a repetição da tragédia do incêndio de Cachopo 2012. \_\_\_\_\_

----Apesar dos reconhecidos índices ambientais do concelho, este chega-nos com um preço exagerado consequência da errada opção da semiprivatização do abastecimento de água, da recolha de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos e da manutenção de espaços verdes, opções que fizeram das faturas das águas dos tavirenses das mais caras de todo o algarve." \_\_\_\_\_

----Relativamente à discussão que estava a ser feita quanto à nova ponte, "o PCP não diz nem que sim nem que não, pois até a decisão já está tomada por este Executivo, porém achamos que esta deva de ser

*pensada, sempre de acordo com as acessibilidades necessárias para os peões e usufruto da linha paralela ao rio, para o usufruto dos cidadãos sem isto por em causa a centralidade do jardim público.* \_\_\_\_\_

*----Para finalizar, por uma situação financeira que reconhecemos mais desafogada, achamos que este Executivo não pode perder a sua determinação em investimento e na dinamização do concelho, no turismo, na defesa da área florestal, supressão das carências sociais, nas pescas e agricultura.* \_\_\_\_\_

*----Por estas e outras opções que foram tomadas na elaboração deste orçamento o PCP ir-se-ia abster na votação do mesmo."* \_\_\_\_\_

*----O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção sobretudo pela síntese, por ter sido concisa e muito rápida.* \_\_\_\_\_

*----O Membro Silvino Oliveira cumprimentando os presentes, disse que relativamente às questões do orçamento pretendia formular uma pergunta ao Presidente da Câmara que, na sua intervenção, tinha listado vários itens que não estavam dotados naquele orçamento. Assim o que pretendia saber era se todas as despesas certas e permanentes, correntes, como os vencimentos, a água, a luz, telefones, consumíveis e outros, estavam dotadas no orçamento.* \_\_\_\_\_

*----Se todas as despesas correntes estavam dotadas, não percebia como havia uma poupança orçamental corrente uma vez que se observassem os instrumentos que tinham sido aludidos como melhorando o orçamento, nomeadamente quando analisadas algumas páginas das GOP, verificavam que existiam imensas despesas correntes que tinham financiamento não definido sendo que se assim era, seriam para serem dotadas com receitas extraordinárias, como o Presidente da Câmara também tinha dito, portanto a coluna do "Financiamento Não Definido" iria ser dotada pelo saldo de gerência que também era uma receita extraordinária. Todavia as receitas extraordinárias eram para ser aplicadas em investimentos e não para reforçarem e dotarem rubricas com financiamento não definido.* \_\_\_\_\_

*----Para exemplificar a sua observação referiu a rubrica de limpeza e desinfeção do mercado, que todos sabiam e se analisassem os últimos vinte e quatro meses o mercado municipal tinha limpeza e, observando o financiamento definido, estavam contemplados quinhentos euros e um financiamento não definido de trinta e nove mil e quinhentos euros cujo valor, pelas palavras que ali tinha ouvido, nomeadamente do Presidente da Câmara, seria proveniente do financiamento de receitas extraordinárias. Já ali tinha sido aludido que a colocação daquelas duas colunas, "Financiamento Definido" e "Financiamento Não Definido" melhoravam o orçamento mas também era necessário utilizar corretamente os valores da dotação, se se tratavam de financiamentos definidos, de despesas correntes ou de investimento.* \_\_\_\_\_

*----Outro exemplo que gostava de comentar era relativamente à aquisição e conservação de pneus, câmara-de-ar e outros, para o que voltava a constar uma verba em "Financiamento Definido" de quinhentos euros e em "Financiamento Não Definido" constava o valor de trinta e quatro mil e quinhentos euros para uma despesa que era corrente e não um investimento como tinha sido*

apresentado em GOP tal como tinha ouvido e sobre o que tinha vindo a tomar notas. A dotação daquelas rúbricas seria proveniente de uma receita extraordinária que era o saldo de gerência e se continuassem a analisar chegavam ao fim e constava em detalhes de programa, dos diversos programas, que efetivamente tinham acumulado um valor muito grande em despesas correntes que deveriam de estar dotadas na sua totalidade em "*Financiamento Definido*" e não constarem em "*Financiamento Não Definido*".

---Gostava de deixar bem claro e vincadamente aquela questão porque, na sua opinião, poderia estar relacionada com algo sobre o qual tinha ficado contente pois os seus ancestrais sempre lhe tinham ensinado que a poupança era uma virtude. Ao verificar o quadro tinha constatado a existência de uma poupança corrente de sete milhões e duzentos mil euros, pelo que deveriam de ter algum cuidado na leitura daqueles valores porque poderiam estar a juntar as coisas não estando a fazer as devidas dotações orçamentais e dessa forma contaminarem e desvirtuarem a leitura e as conclusões do documento.

---O Membro Carlos Nunes cumprimentando os presentes disse que não pretendia terminar o ano sem referir a relevância do mesmo, pelo menos para ele, porque tinha sido um ano de sucesso.

---Assumia a responsabilidade, pois falava para o seu eleitorado, para os que nele tinham votado e a quem prestaria contas no final do mandato pois não ligava aos comentários que eram feitos, nomeadamente no facebook.

---Assim pretendia dizer ao Executivo que a sua bancada iria votar a favor daquele orçamento com toda a responsabilidade, que se fosse algo errado, dentro de quatro anos os eleitores pronunciar-se-iam. O que não fazia era a jogada do que não ganhando eleições pretendia ganhá-las na secretaria, portanto os eleitores ali estariam para o julgar porque relativamente aos comentadores políticos ali estava para dialogar com eles.

---O Membro José Graça disse que gostaria de regressar ao princípio, ao que os ali levava. A Assembleia Municipal era essencialmente um órgão político e era basicamente sobre questões políticas que se deviam de pronunciar.

---O documento que lhes tinha sido proposto e que seria público dentro de dias, com a necessária medida de transparência e rigor a que o Município os tinha habituado ao longo dos últimos oito anos, prestando contas atempada e regularmente, com grande periodicidade se para tal houvesse alguma obrigatoriedade legal, cujo caminho continuariam a trilhar que era também o caminho sobre o qual era necessário fazer-se alguma avaliação, se era um orçamento diferente dos que tinham sido apresentados anteriormente era porque tinha sido percorrido aquele caminho sendo este elaborado em sequência da avaliação efetuada.

---Os cinco objetivos estratégicos que tinham sido apresentados pelo Município, para ele resumiam-se a três grandes princípios que tinha tido oportunidade de sublinhar na declaração que ali tinham efetuado para o encerramento dos trabalhos na Assembleia Municipal de setembro. \_\_\_\_\_

---O futuro de Tavira seria o que os tavirenses quisessem e os tavirenses no dia um de outubro tinham dado um aval bastante grande às propostas que tinham sido apresentadas pelos candidatos do PS, tendo-lhes dado uma maioria reforçada na Câmara Municipal, uma maioria reforçada na Assembleia Municipal, e a governação das nove freguesias do concelho. Tinha sido um trabalho que já há muito tempo não se via e de unanimidade que, aos eleitos do PS, apenas revelava que os seus concidadãos confiavam neles para governarem o destino do concelho no período de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, com grande responsabilidade, sendo esta especialmente forte dadas as maiorias que o PS tinha obtido na generalidade dos órgãos autárquicos do concelho. \_\_\_\_\_

---Aquele era a razão por que os cinco objetivos estratégicos que lhes tinham sido apresentados naquele orçamento tinham três grandes princípios, competitividade, sustentabilidade e cidadania. Estavam a falar de um concelho que pretendia ser competitivo em termos regionais e suprarregionais, um concelho que até à presente data se tinha sabido preservar e que futuramente garantia a qualidade de vida dos tavirenses. Ao longo dos quarenta anos de vida democrática esse tinha sido o objetivo que tinha presidido aos homens e às mulheres que tinham integrado o Executivo Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, sendo o caminho que deviam de continuar a trilhar, mas também um concelho onde a sustentabilidade tinha que ser uma prioridade. Que ninguém pensasse que a terra onde vivia lhe pertencia, pois essa terra pertencia às gerações futuras e o facto de terem um Município com contas sãs fazia com que esse futuro estivesse assegurado com a garantia da capacidade de intervenção do Município e com que todo o património que tinham ao dispor pudesse ser valorizado e utilizado para o futuro. \_\_\_\_\_

---Tinha gostado muito das intervenções que os líderes das várias bancadas ali tinham feito, gostando de ver a preocupação porque, de facto, a sustentabilidade do Município de Tavira deveria de ser uma prioridade comum porque como tinha ouvido dizer e reafirmava, aquilo que os unia era muito mais forte do que aquilo que os separava. \_\_\_\_\_

---Referindo o terceiro princípio dizia que a cidadania estava subjacente aos cinco objetivos. Os vinte e sete membros daquela Assembleia Municipal tinham sido eleitos pelos cidadãos de Tavira, por todos os tavirenses, pois era a eles que deviam uma palavra de resposta dentro de quatro anos, mas também era com eles que contavam para ao longo dos atuais quatro anos governar o Município. \_\_\_\_\_

---O Membro Artur Sanina tinha falado na necessidade de implementarem o orçamento participativo. O orçamento participativo era presentemente uma realidade a nível nacional, uma vez que o atual Governo tinha tido o arrojo de, pela primeira vez, implementar o orçamento participativo a nível nacional. Tinha sido o primeiro Estado do mundo a fazê-lo sendo que já havia outros Estados a seguir a

experiência portuguesa e a experiência que tinham tido noutros municípios que poderiam replicar em Tavira novamente, pois era uma experiência que certamente faria com que a cidadania renascesse mais forte e segura em Tavira. \_\_\_\_\_

---O trabalho que estavam a desenvolver, também se dirigindo ao público, era um trabalho que tinha que ser acompanhado. Iriam acompanhar ao longo do próximo ano a execução daquele orçamento, que tinha a certeza que seria aprovado, mas também deviam de ter sempre aqueles três princípios em consideração, competitividade do território, das suas gentes, capacidades para enfrentar os desafios que tinham no dia-a-dia, sustentabilidade, garantindo o legado às gerações futuras e cidadania, mais participação dos cidadãos mas também mais participação dos membros da Assembleia Municipal e mais proximidade junto das populações que os tinham elegido. Era com aquele sentido que em nome da bancada do PS comunicava que iriam votar favoravelmente o orçamento que tinha sido proposto pelo Executivo Municipal. \_\_\_\_\_

---O Membro Brandão Pires dirigindo-se ao Membro Silvino Oliveira disse que não lhe custava nada dar-lhe razão se de facto a tivesse, mas não tinha e iria explicar porquê. \_\_\_\_\_

---O que tinham tido que analisar e o que iria ser votado era um orçamento de trinta e um milhões e quinhentos mil euros, sendo que um orçamento era um teto máximo de autorização de despesa para a Câmara Municipal. Tudo o que fosse despesa corrente constava no orçamento, o que estava contemplado em despesas de pessoal ou em aquisição de bens e serviços. A poupança corrente que decorria daquele orçamento eram os sete milhões e duzentos mil euros que o Membro tinha referido e que correspondiam à diferença entre receitas correntes e despesas correntes, resultando numa poupança corrente de sete milhões e duzentos mil euros. As GOP permitiam projetar os investimentos até ao ano de dois mil e vinte e um e permitiam-lhes ter a liberdade, daquela vez, por sugestão do Deputado Jorge Corvo que agradecia, com a criação da segunda coluna de "*Financiamento Não Definido*". \_\_\_\_\_

---Pela sua leitura, o financiamento não definido era quase cem por cento de capital, mas já que o Membro Silvino Oliveira tinha ficado contente com os sete milhões e duzentos mil euros de poupança corrente, iria ficar muitíssimo mais contente quando se verificasse a integração do saldo de gerência, porque os catorze milhões que seriam integrados em receita corrente e como praticamente toda a despesa era de capital, iriam originar uma poupança corrente em dobro do valor que constava no orçamento. \_\_\_\_\_

---O Membro José Liberto disse que não tinha intenção de intervir mas como o passado era muito recente, recordava-se que no ano de dois mil e cinco quando da junção das freguesias, e estavam ali presidentes de junta daquela altura como Leonardo Martins e Carlos Rodrigues, tinham aprovado dívidas bancárias para a Câmara Municipal. \_\_\_\_\_



----Presentemente estavam ali a debater que a Câmara tinha dinheiro a mais o que considerava um bom sinal, uma boa gestão. Estavam a debater que tinham dinheiro no banco e provavelmente em Vila Real de Santo António debatiam-se como iriam liquidar as contas, o que era um contrassenso, mas considerava que era assim que o Executivo camarário tinha feito um excelente trabalho, que era visível, tanto mais que a Câmara como as freguesias tinham sido ganhas com larga maioria. \_\_\_\_\_

----Pensava que podiam ser efetuadas críticas desde que fossem construtivas pois podia-se sempre melhorar, mas pensava que a Câmara de Tavira e o seu Executivo tinham, nos últimos oito anos, realizado um trabalho não apenas numa freguesia mas em todo o concelho. \_\_\_\_\_

----Presentemente estavam a debater as rubricas que tinham cem, duzentos ou quinhentos euros que podiam ser reforçadas pois um orçamento era composto por estimativas não sendo o valor final. \_\_\_\_\_

----Para concluir disse que o que interessava era que a rubrica estivesse aberta porque se estivesse aberta os montantes apareceriam em resultado da boa gestão camarária por parte do Executivo atual a quem dava os parabéns. \_\_\_\_\_

----Terminou dizendo que criticar era fácil mas fazer igual era quase impossível. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que gostava de tentar responder a algumas questões que tinha apontando e que agradecia os contributos de todos. \_\_\_\_\_

----Desde o ano dois mil e nove que vinham a percorrer um determinado caminho sendo que nos primeiros quatro anos tinham elaborado orçamentos para colocar a Câmara, os rácios de endividamento, solvabilidade, os rácios financeiros positivos, pois tinham a perspetiva, no segundo mandato, de realizar investimento, porque tinham aquele compromisso face aos resultados eleitorais. Assim considerava que não deveriam de esperar que fizessem um orçamento para cumprimento de programas eleitorais que não tinham sido os sufragados pela população, todavia porque viviam numa democracia participativa e representativa estavam disponíveis para, em futuras reuniões que teriam como a já agendada, para maio, do Direito de Oposição, que pensava que era a data que tinham estabelecido para poderem receber também alguns contributos e estavam sempre disponíveis para ir ouvindo, em Reunião de Câmara, no dia-a-dia, questões, preocupações que iam colocando. \_\_\_\_\_

----O orçamento era uma previsão e assim sendo podia ser contestado de diferentes maneiras, mas ele correspondia às necessidades do Município de forma a programar o que tinham em mente para os quatro anos seguintes, sendo que aquele era o primeiro desses quatro anos. Dentro de quatro anos, em dois mil e vinte e um, as pessoas voltariam às urnas para escolher em função dos resultados obtidos. \_\_\_\_\_

----O que pretendia era dizer que o atual Executivo não iria esperar pelo terceiro ano do presente mandato para fazer intervenções, para manter a Câmara saudável em termos financeiros, para realizar o que tinham assumido fazer. Existiam questões que não constavam o que lamentavam, registavam, e veriam o que aconteceria, porque gerir um Município era gerir opções que felizmente tinham as suas

*Handwritten signature and initials*

com a maioria que possuíam nos órgãos numa democracia representativa e participativa que era verdadeiramente o espírito republicano. \_\_\_\_\_

---Da intervenção do Membro Artur Sanina tinha retido duas questões. Uma era sobre o orçamento participativo pelo que pretendia comunicar que a Vereadora Cristina Martins tinha ficado com o pelouro, sendo que uma das funções era o orçamento participativo que trabalhava com todos. Tinham a ideia de que haveria orçamento participativo para o ano seguinte, pelo que como o Membro Brandão Pires tinha dito e muito bem, aquele orçamento municipal podia ser discutido no mês de janeiro seguinte por via das eleições em outubro mas estavam a concretizá-lo naquela altura porque considerarem importante, mas também entendiam que o orçamento participativo era algo de bom. Felizmente tinham conseguido cumprir o primeiro orçamento participativo, apenas no corrente ano, com muitas dificuldades, porque tinham sido cometidos alguns erros de inexperiência. Tinham tido que enfrentar a crise e as dificuldades pelo que não tinha sido possível fazerem-no antes, contudo estava cumprido e a partir daquela data iriam lançar um segundo, escolhendo os objetivos, qual o modelo, qual o público-alvo, de modo a que fosse bem realizado para que fosse muito mais interativo e interessante e resultasse em compromissos firmes para que uma parte do orçamento fosse de orçamento participativo. \_\_\_\_\_

---A segunda questão que gostava de abordar relacionava-se com as opções estratégicas que constavam no orçamento que não estavam priorizadas, ou seja, encontravam-se numeradas de um a cinco, pois não era possível que estivessem todas no número um, mas não havia uma mais importante que a outra e sim, cinco eixos estratégicos todos per si. A coesão social aparecia no ponto número três, todavia poderia ter sido colocada no primeiro ou no último ou poderiam simplesmente ter usado um asterisco ou um cardinal e descrever as cinco numa só linha. Não estavam priorizadas nem hierarquizadas, mas descritas de forma numerada que era como deveriam de ser entendidas porque tinha sido com aquele espírito e com aquela orientação que eram descritas. Não existiam matérias mais importantes que outras num Município, ou seja, era evidente que a coesão social era importante, a coesão social e o apoio às pessoas, mas existia toda uma outra vertente que era importante como o investimento, a publicidade, a promoção, o que gerava emprego, qual seria a importância de um grande evento que atraía milhares de pessoas a Tavira, se seria despesa ou investimento, e qual a rubrica onde o inscreveriam sendo que todas aquelas eram questões importantes, mas reiterava que as opções estratégicas não se encontravam hierarquizadas. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara continuou dizendo que a habitação social era uma grande preocupação do Executivo e constava praticamente em todos os programas eleitorais, todavia podia tratar-se de um tema que podia ser sujeito a grandes proclamações de vontade, mas que tinha que ser concertado o mais possível para criarem soluções, que fossem financiadas, que seguissem uma estratégia nacional que não passava apenas pela construção de habitações, o que estava assumidíssimo até na Resolução

do Concelho de Ministros que tinha sido aprovada. Existiam várias formas de o concretizar, a construção de habitações, incentivando os privados, cooperativas, apoio ao arrendamento, a isenção de taxas, vários mecanismos que podiam ser criados, mas era importante que enquadrassem a questão da habitação social numa reflexão global que tinha que ser efetuada, porque ninguém possuía a cartilha naquela matéria sendo que praticamente apenas havia uma única lei no país cujo direito estava constitucionalmente consagrado desde mil novecentos e setenta e seis e nunca tinha tido uma Lei de Bases o que constituía a dificuldade da questão de direito à habitação para todos. Era o que estava na Constituição, fácil de escrever, fácil de dizer, difícil de fazer, constituindo-se como uma dificuldade de quarenta anos de democracia. De facto presentemente tinham um problema grave, que não se confinava a Tavira, mas também se verificava em Faro, no Algarve, em Lisboa, no Porto, em Coimbra e em todas as zonas urbanas que estavam literalmente a ser invadidas pela atividade turística, proliferação do alojamento local e um conjunto de atividades associadas ao turismo para a rentabilidade das pessoas com a flexibilização das denúncias dos contratos de arrendamento existentes, numa legislação que não era do Governo atual, mas do anterior que tinha flexibilizado aqueles despejos. \_\_\_\_\_

---Existia todo aquele conjunto de questões que os estavam a levar ao fraco acesso, ao aumento do preço das casas, que teriam que resolver se quisessem ser profícuos o que queria dizer que teriam que discutir o assunto, de forma relativamente rápida, porque a questão se estava a acentuar todos os dias e sentiam aquela dificuldade e pressão. \_\_\_\_\_

---Quanto à intervenção do Membro Pedro Soares, agradecia a mesma que na sua opinião estava muito bem escrita. \_\_\_\_\_

---Sobre a taxa de cobertura do pré-escolar o concelho de Tavira estava em cerca de cem por cento sendo certo que poderia sempre aparecer mais cobertura, mas Tavira estava, ao nível de todos os indicadores sociológicos e demográficos para o pré-escolar, com uma resposta praticamente total pelo que seria difícil aparecerem novas respostas, que poderiam surgir, mas pensava que a taxa de cobertura entre o público e o associativo, funcionava. \_\_\_\_\_

---Relativamente à questão da prevenção florestal, o Governo iria descentralizar toda aquela questão sendo que seria dos primeiros pacotes sobre o que iriam responsabilizar muito os Presidentes de Câmara, nomeadamente na questão da prevenção dos fogos e na responsabilização final por alguma situação que pudesse correr mal. Poderia acontecer que a CI-AMAL pudesse vir a ser parte naquele processo sendo que havia uma lógica de prevenção, descentralização, prevenção sem dinheiro, o que era algo que, seguramente iria gerar alguma reação por parte dos autarcas que oportunamente ouviriam falar. De qualquer modo em relação às bermas o assunto estava resolvido uma vez que a Câmara tinha um protocolo com as juntas de freguesias que incluía a manutenção e limpeza das bermas. Poderiam falar de outras situações como os aceiros florestais, corta fogos, linhas, o crescimento do mato, para o que não existia financiamento comunitário ao contrário de anteriormente que era



financiado a cem por cento. Presentemente não dispunham de equipa de sapadores florestais por uma questão difícil de alguma instabilidade naquele corpo, mas veriam se criariam ou não uma equipa de sapadores de florestais em função da linha de financiamento que pudesse existir. Tinham duas máquinas de arrasto que praticamente todos os dias estavam no terreno a limpar, preferencialmente nas zonas de caça associativa, que era uma forma de irem limpando e desmatando. Se não chovesse teriam problemas, ou seja, no ano anterior apenas tinha chovido em maio e estando o mato todo cortado, tinha voltado a crescer, pelo que tinham tido alguma sorte por não se terem verificado incêndios. Disse que se tratava de uma questão que o preocupava de sobremaneira. \_\_\_\_\_

---No que se referia à questão das ligações e obras da EN125, a primeira questão era que a intervenção acontecesse pois apesar de o Governo ser socialista, estavam absolutamente descontentes sobre aquela matéria. Verificava-se que de Olhão para barlavento a intervenção estava executada, sendo que de Olhão para sotavento a estrada estava uma vergonha, não havendo outra forma de a classificar. De acordo com a informação de que dispunha, o processo encontrava-se para visto do Tribunal de Contas não tendo ainda sido lançado concurso para a requalificação da EN125 do lado do sotavento. Assim se lançassem os concursos em janeiro ou fevereiro seguintes, com seis meses de concurso a intervenção iria ser executada em pleno verão, setembro ou outubro. Não esta prevista qualquer ligação à parte norte acima da EN125 cujo processo teria que ser evolutivo. O que previa era que na zona de Tavira pudesse existir uma ligação futura que apenas seria executada após a requalificação da EN125 pois não dispondo do básico, a requalificação da EN125, se colocassem mais peças no processo certamente que não se realizaria. Obviamente que a ligação por cima, por baixo, os passeios à semelhança do que ao fim de trinta ou quarenta anos tinham executado na marginal de Cascais, poderia acontecer, dando mais segurança às pessoas que considerava importante pois como sabiam vivia na Quinta da Pegada, zona na qual, infelizmente, já tinham falecido duas ou três pessoas, pelo que o que o Membro retratava era bom, sendo que estariam atentos sobre aquela matéria mas presentemente o fundamental era a requalificação da EN125. \_\_\_\_\_

---Em relação ao Membro Silvino Oliveira pensava que o Membro Brandão Pires já tinha dado parte da resposta, mas gostava de referir que em primeiro lugar não estava escrito que a dotação do saldo de gerência se destinasse toda a investimento, se tinha passado aquela mensagem, não era verdade, pois o saldo de gerência também poderia servir para reconfigurar despesas correntes. \_\_\_\_\_

---Quanto às despesas correntes, aquelas que os serviços tinham apurado, os cabimentos e o que eram as necessidades de tesouraria para pagar despesas correntes, nomeadamente contratos, estavam todas previstas no orçamento. Os dois exemplos que o Membro Silvino Oliveira tinha dado eram paradigmáticos pois ambos os contratos, dos pneus e limpeza do mercado, eram contratos correntes a três anos. Assim numa rubrica iria constar o pagamento desses contratos até um determinado mês e quando chegasse a altura ele seria comprometido para o novo contrato, porque terminava por um lado

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

saindo com uma rúbrica, e iniciava-se por outro com outra rúbrica. Todavia o contrato era o mesmo o que queria dizer que existiam determinados períodos em que existia uma duplicação de cabimentos naquela matéria. Pensava que se tratava de um caso daqueles pois ambos contratos estavam em execução e existiam dois novos procedimentos contratuais que estavam a decorrer. \_\_\_\_\_

---Os serviços técnicos da Câmara Municipal colocavam no orçamento as rúbricas de acordo com os compromissos da Câmara Municipal, não existindo qualquer interferência do órgão político, ou seja, os serviços financeiros da Câmara tinham uma incumbência que era a projeção da receita e evidentemente também o mapa das despesas. O critério do primeiro orçamento que tinham elaborado tinha sido com base no valor da despesa que após tomarem posse tinha questionado sobre qual era o valor que estava cabimentado, comprometido. Assim tinham elaborado o orçamento ao contrário sendo que o valor da despesa tinha sido o valor do primeiro orçamento, cerca de quarenta milhões de euros, que tinha resultado num valor de receita que era ficcional como se fazia sempre, incorporando a venda de alguns bens corpóreos, umas taxas que eram para acontecer e nunca aconteciam, ficcionando-se assim uma receita. \_\_\_\_\_

---Relativamente à intervenção do Membro Jorge Corvo cujas intervenções gostava, considerava que uma forma de desvalorizar o trabalho que estava a ser elaborado era referindo algo como o que tinha dito, ou indiciado, que por ter havido uma Lei de Compromissos a gestão tinha sido boa. Tal não era verdade sendo que a gestão tinha corrido bem porque tinham efetuado as opções corretas, até porque a Lei de Compromissos tinha sido um grande entrave que tinham colocado originando que todos ficassem com fundos negativos. Aquela Lei não tinha sido negociada com os municípios, conversada, constituindo-se como um travão que ao aparecer tinham ficado com cerca de nove milhões de euros negativos de fundos disponíveis o que queria dizer que todo o trabalho que poderia ter acontecido não se tinha realizado pois apesar de em determinada altura terem começado a criar excedentes, estes não podiam ser utilizados. No inicio, aquela Lei tinha criado uma confusão para os autarcas todos pois ninguém estava preparado, embora considerasse que tinha sido importante para controlar a despesa mas sugerir que apenas tinham conseguido aqueles resultados devido ao facto de ter existido uma Lei de Compromissos, parecia-lhe excessivo e desconsiderador do trabalho que tinha sido realizado nos últimos anos e que era reconhecido por muitos, porque não tinha sido bem assim, uma vez que tinham tido que fazer opções e opções rigorosas, sérias, na linha de que se não tivessem um determinado padrão priorizando o pagamento de contas não valia a pena ali estarem. No ano de dois mil e doze tinham tomado uma opção difícil, não despreocupadamente, mas felizmente tinha dado os resultados que eram conhecidos. \_\_\_\_\_

---Como abundantemente tinha referido na campanha eleitoral e pensava que no debate que tinham realizado, ter dinheiro não queria dizer ser rico, sendo que a Câmara tinha disponibilidades financeiras mas fazia de banco de si própria, investindo o restante para tentarem concretizar o programa de acordo

*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*

com aquilo que eram as propostas do Executivo que, muitas seriam concretizadas, outras seguramente não teriam o ensejo de conseguir concretizar sendo certo que cada coisa que fosse concretizada no corrente ano daria origem a uma nova medida a ser contemplada no orçamento do ano seguinte onde poderia vir a constar algumas das preocupações demonstradas pelos membros. \_\_\_\_\_

----O Membro Jorge Corvo referiu que o Presidente da Câmara tinha tirado as suas declarações em resposta ao Membro Brandão Pires do contexto, pois não tinha sido o que tinha dito. O que tinha respondido quando da questão de ser conhecido o orçamento e de existir um guião prévio, que até tinha referido que poderia cometer o sacrilégio ao dizê-lo, ressalvando por isso perfeitamente e, aliás, tinha englobado todos e não a Câmara de Tavira. Do conhecimento que tinham de há quatro anos e das análises que tinha efetuado, nunca o tinha referido nem tinha sido aquela a sua intenção, pelo que se assim tinha sido entendido ficava o esclarecimento. \_\_\_\_\_

----Outra questão que pretendia esclarecer era algo muito simples e que fazia muita confusão. Quando referiam, discutiam o saldo de gerência, nunca se tinham manifestado nem contra o saldo de gerência nem que era um mau indicador, antes pelo contrário, sendo que o que tinham ali discutido, ali e na Câmara, sempre tinha sido a forma de alocação desse saldo de gerência e nunca o saldo de gerência que nunca tinham indicado como fator negativo, pelo contrário, ainda bem que tinham saldo de gerência, ainda bem que existia e ainda bem que o podiam alocar ao investimento, sendo pois aquela a postura que adotavam. \_\_\_\_\_

----Relativamente à questão do orçamento ser como o era e da representatividade ter sido dada pelas pessoas em voto, era por aquela razão que ali estavam em minoria mas nem por isso deixavam de ter que compreender os documentos, de os ter que analisar, de ter que questionar e de ter que ali estar, porque nesse dia acabaria a democracia, portanto ali estava, interessava-se, analisava, questionava e estava no seu direito tal como todos que mais do que o direito tinham esse dever, pelo que quem não o quisesse fazer que não comparecesse. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que apenas pretendia referir uma questão para que não existissem dúvidas. Nos termos da Lei, ele tinha que estar presente na Assembleia Municipal a convite do seu Presidente. Nunca em oito anos se tinha escusado a dar qualquer resposta, do que sabia, tentando explicar e em qualquer momento tentava sempre responder prezando, obviamente, os contributos de todos apesar de que por vezes, no calor da conversar, pudessem surgir diferentes interpretações. Assim aceitava a intervenção do Membro Jorge Corvo que lhe parecia muito oportuna em relação também ao que ele próprio tinha dito. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta número 213/2017/CM, referente ao orçamento Municipal e Mapa de Pessoal 2018 a votação, tendo a mesmo sido aprovada por maioria com vinte votos a favor, cinco votos contra e duas abstenções. \_\_\_\_\_



---Referiu que a bancada do PSD pretendia apresentar uma declaração de voto que seria anexada à presente ata como documento número três. \_\_\_\_\_

---Passou ao ponto número quatro sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 217/2017/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2017. \_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que se tratava de uma questão muito simples. A Vila Natal já se realizava há alguns anos sendo que a Câmara Municipal tinha vindo a apoiar em logística. No corrente ano para além da logística também lhes tinha sido solicitado um apoio financeiro cuja proposta lhes parecia razoável para apoiarem a Vila Natal. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 217/2017/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Luzia – Vila Natal 2017 a votação, que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

---Passando ao ponto número cinco da ordem do dia disse que se tratava da apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 219/2017/CM, referente ao Contrato-Programa para Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira (2018-2021). \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara disse que o que estava naquele momento em apreciação era o contrato de gestão e manutenção de espaços verdes públicos do concelho de Tavira que, presentemente, para além daquele contrato de gestão a TaviraVerde tinha mais dois contratos com a Câmara Municipal. Forneciam a água cujas faturas se referiam à cobrança da água, do saneamento e do lixo de acordo com as tabelas da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos sendo aquelas as regras. \_\_\_\_\_

---Levava em conta as considerações do Membro Brandão Pires mas pensava que aquela questão das contas deveria de ser mais aprofundada por parte da TaviraVerde uma vez que o patamar municipal das contas tinha atingido um nível muito elevado e, obviamente, provavelmente estaria na altura de também se centrarem num nível de preocupação sobre as contas apresentadas indo ao encontro do que o Membro Brandão Pires tinha dito. \_\_\_\_\_

---O contrato de limpeza urbana era um contrato que estava previsto, muitas câmaras possuíam, pois resultava de uma recomendação da ERSAR para que existisse um contrato autónomo de limpeza urbana. Esse contrato autónomo de limpeza urbana presentemente não existia em Tavira, não estava negociado, existindo ainda uma verba dotada da parte não financiada do orçamento para ainda negociarem, sendo que presentemente apenas existia uma projeção quanto às contas mas o assunto teria que ser aprofundadamente debatido. \_\_\_\_\_

---Tinha ainda um contrato de limpeza das praias e um contrato de gestão e manutenção dos espaços verdes. Assim entregavam à empresa TaviraVerde, que era uma empresa municipal titulada a cinquenta e um por cento pela Câmara Municipal, porque de acordo com o programa de trabalhos e o programa financeiro para a execução daqueles trabalhos existia um conjunto de valores que consideravam

adequados e porque fazia sentido recorrerem à TaviraVerde que era a empresa municipal de águas, esgotos, verdes e limpeza de praias do concelho de Tavira. \_\_\_\_\_

---- Tanto o contrato de limpeza de praias como da gestão e manutenção dos espaços verdes tinham que ser validados pelo Tribunal de Contas sendo que contrato de limpeza das praias ainda tinha validade por mais um ano ao contrário do de gestão e manutenção dos espaços verdes que terminaria em janeiro seguinte. Na prática por cada Urbanização nova que recebiam cabia à TaviraVerde gerir e manter os espaços verdes, o que obviamente tinha originado um alargamento da área contratada, sendo que esta geria e mantinha os espaços verdes de cada urbanização já existente, o jardim público que bem ou mal era mantido, que não era efetuado ao abrigo da cobrança de água mas num contrato suplementar que tinham celebrado com a Câmara Municipal cujos últimos três ou quatro tinham sempre sido visados pelo Tribunal de Contas, que apenas após o respetivo visto, era eficaz. \_\_\_\_\_

---- Globalmente todos os espaços verdes que a TaviraVerde tinha proposto limpar e que os serviços municipais tinham considerado que deveriam de ser limpos ou tratados em termos de espaços verdes por parte da empresa municipal, estavam contemplados. Se não estava equivocado o custo do contrato tinha aumentado doze por cento justificado pelo aumento dos consumíveis, do salário mínimo nacional nos últimos três anos, porque o contrato que estava a terminar tinha sido por três anos, e um conjunto de efeitos em cascata que gerava que o contrato tivesse o valor de um milhão, quinhentos e cinquenta mil euros. O contrato anterior tinha sido celebrado pelo valor de um milhão e duzentos mil euros ao que tinham sido acrescidos oitenta mil euros resultantes de um contrato suplementar para novas urbanizações que tinham sido introduzidas, ficando num total de cerca de um milhão e trezentos mil euros. \_\_\_\_\_

---- De acordo com os serviços da câmara, os técnicos que tinham avaliado a questão, tinham considerado que aquele era um valor "Breakeven" por forma a se poder formalizar o contrato pagando o que eram os recursos que a TaviraVerde incluía naquela prestação de serviços. \_\_\_\_\_

---- Referiu ainda que após aquela deliberação o processo seria remetido para visto do Tribunal de Contas, apenas gerando algum efeito se fosse visado. \_\_\_\_\_

---- Pedindo permissão, disse que relativamente ao ponto anterior da ordem do dia pretendia ainda acrescentar que a conta geral do Município de Tavira, o relatório e contas, era remetido anualmente para o Tribunal de Contas, sendo que presentemente se encontrava já visada a conta do ano de dois mil e catorze e estavam visadas as anteriores pelo que apenas faltava receberem o visto dos anos de dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e seguramente de dois mil e dezassete cujo relatório e contas também remeteriam para o Tribunal de Contas para o processo de visto. Prestava aquela informação para que os membros tivessem uma ideia de qual era o estágio de validações pelo Tribunal de Contas com processo de visto à conta geral da Câmara. \_\_\_\_\_

----O Membro Jorge Corvo disse que no relatório semestral da TaviraVerde o ROC – Revisor Oficial de Contas apontava para o atraso na assinatura de um contrato. Assim questionava se se tratava daquele contrato anual que assinavam nos termos normais e sem quaisquer alterações significativas ao que tinha existido. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara disse que há três anos tinham celebrado um contrato no valor de um milhão e duzentos mil euros, sendo que dois anos após por haverem mais três ou quatro urbanizações, por exemplo a Urbicruz, que não dispunham de tratamento dos espaços verdes e que nunca tinham sido inseridas ou porque era o empreiteiro o responsável ou porque ainda não tinham sido rececionadas, no ano transato tinham tido que celebrar um contrato adicional no valor de cerca de oitenta mil euros. \_\_\_\_\_

----O contrato em apreço seria global para os próximos três anos, atualizado ano a ano pelo valor da inflação indexada do ERSAR. Porém o facto de se tratar de um contrato para os próximos três anos não invalidava que eventualmente por força de aparecerem outras urbanizações que ao longo dos três anos tivessem que rececionar, pois geralmente existia um período de garantia de um ano em que o loteador tratava dos verdes, tivessem que fazer novo adicional. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta número 219/2017/CM, referente ao Contrato-Programa para Gestão e Manutenção de Espaços Verdes Públicos do Concelho de Tavira (2018-2021) a votação, tendo a mesma sido aprovada com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções. \_\_\_\_\_

----Passou ao ponto número seis sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 220/2017/CM, referente à Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia da Conceição e Cabanas. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara informou que se tratava de uma adenda que tinha sido celebrada faltando apenas ter eficácia. Em determinada altura tinham rescindido um contrato de concessão com o promotor Joaquim Messias, antigo presidente de junta de freguesia, que por isso a Junta de Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira tinha passado a tomar conta daquele processo do Parque de Merendas da Mata da Conceição. Presentemente era urgente formalizar porque não podia continuar daquela forma uma vez que tendo a Câmara rescindido o contrato e ficado com o património e solicitado à Junta de Freguesia que cuidasse, era necessário formalizar aquele contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia para a gestão daquele património que consistia num quiosque no Parque de Merendas da Mata da Conceição de Tavira. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia colocou a proposta número 220/2017/CM, referente à Adenda ao Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia da Conceição e Cabanas a votação que foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Referiu que devido ao facto de se ter verificado um ponto adicional que passava a ser o ponto número sete da ordem do dia, passariam ao mesmo que se referia a apreciação e votação da proposta

*Abreu  
Pres.*

da Câmara Municipal número 231/2017/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Jurídica e Fiscalização (3-PC/17). \_\_\_\_\_

----O Presidente da Câmara referiu que sendo o Executivo praticamente o mesmo não iria fazer qualquer revolução nos concursos que já estavam previstos abrir. Assim, a proposta era referente à composição de júri para o concurso de Chefe de Divisão de Jurídica e de Fiscalização de acordo com a orgânica já implementada e que não pretendiam, como já tinha referido na análise do orçamento, alterar a linha orgânica da Câmara pelo que fazia sentido manter os concursos que estavam previstos. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 231/2017/CM, referente ao Júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Jurídica e Fiscalização (3-PC/17) a votação que foi aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. \_\_\_\_\_

----O Membro Pedro Soares informou que se tinha absterido naquela votação pois, desconhecera a razão, mas a proposta não lhe tinha chegado, tendo no entanto recebido o aditamento. Não sabia se o mesmo tinha acontecido aos restantes membros mas pelo que percebia parecia que apenas tinha sido a ele. \_\_\_\_\_

----O Presidente da Assembleia esclareceu que a proposta se encontrava no *site* da Câmara e que tinha chegado a todos os membros em simultâneo e pelo mesmo meio. \_\_\_\_\_

----Informou que antes de passar ao período de intervenção do público iria proceder à leitura e votação das deliberações em minuta. \_\_\_\_\_

----Efetuada a leitura das minutas, as mesmas foram todas aprovadas por unanimidade. \_\_\_\_\_

----Passou à intervenção do público, para o que possuía duas inscrições, apelando à capacidade de síntese. \_\_\_\_\_

----O Município Luís Fernandes disse que a primeira questão que pretendia colocar estava relacionada com os espaços verdes e com a atratividade do concelho, que estavam relacionados, nomeada e concretamente referente ao Jardim do Coreto. Aquele jardim, até para a satisfação dos tavirenses e de quem os visitava, devia de ser preservado. De facto era limpo, no entanto os bancos precisavam de ser recuperados, pintados, bem como os postes de iluminação que também necessitavam de ser pintados, arrumados e devidamente limpos. Quanto à vedação junto ao coreto, se fosse pintada o espaço ficaria brilhantado, o que também acontecia no lado contrário, que estava igual, pelo que era conveniente pintar os bancos, os postes que ficariam claramente melhor e todos mais satisfeitos. Do lado contrário da ponte romana também havia bancos que poderiam ser tratados. Eram apenas questões de pormenor que faziam completamente a diferença e que certamente marcariam a diferença de Tavira para melhor.

----A segunda questão estava relacionada com o que o Presidente da Câmara tinha ali falado que era a questão do comércio tradicional. Era importante reforçar os esforços do comércio tradicional até porque este era também parte da identidade do património do concelho e, nesse sentido, era conveniente dinamizar e criar condições para a sobrevivência do mesmo. \_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

---A terceira questão tinha a ver com a saúde. Existiam valências que tinham sido retiradas e que, presentemente não existiam no concelho, nomeadamente no planeamento familiar em que as pessoas, principalmente as senhoras, se tinham que deslocar ao Hospital de Faro onde existiam listas de longos meses de espera e, objetivamente e obrigatoriamente tinham que recorrer ao setor privado, pelo que tinham que reverter várias matérias de valências do Serviço Nacional de Saúde sendo importante que a Câmara Municipal também combatesse aquele aspeto, pois quer Tavira, quer o Algarve, precisavam que aquela situação fosse novamente recuperada. \_\_\_\_\_

---Pretendia ainda abordar duas questões relacionadas com a Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

---A primeira questão estava relacionada com as atas que, de facto, se encontravam no *site* da Câmara Municipal, todavia as votações não eram objetivas pois apenas referiam o número de votos a favor, contra ou abstenções não especificando quem eram os membros que votavam de determinada maneira. Assim pensava que era importante explicitar quem votava, quais as bancadas ou membros, para que se soubesse exatamente qual era o sentido de voto de cada um. \_\_\_\_\_

---A segunda questão era apenas um pormenor para lembrar que quando as sessões se prolongavam para além da meia-noite, a mesa e o Presidente deveriam de solicitar à Assembleia a continuidade dos trabalhos. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu e aceitou a sugestão mas porque todos eram bastante ocupados, considerava que era preferível que demorassem mais uma hora, até porque nada exista na Lei que o impedisse. Agradecia as sugestões que tinham sido interessantes e esperava que a Câmara Municipal fizesse o que pudesse para solucionar as questões que tinha apresentado. \_\_\_\_\_

---O Município Jorge Pereira disse que primeiramente pretendia referir que se dependesse dele não votava a favor do orçamento. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia lembrou que apesar de na inscrição ter colocado "vários" não podia abordar assuntos que faziam parte da ordem do dia. \_\_\_\_\_

---O Município Jorge Pereira afirmou que pela sua frontalidade tinha que dizer a verdade. \_\_\_\_\_

---Pretendia parabenizar o Presidente da Câmara pela grande vitória que tinha tido no passado dia um de outubro, que fazia três meses por aquela altura, portanto um trimestre. Àquele trimestre somavam cento e oito trimestres e do ano de mil novecentos e noventa a dois mil e dezassete eram trezentos e vinte meses, cento e oito trimestres a prometer a ponte que poderia acontecer mas que ele não acreditava. \_\_\_\_\_

---Relativamente à zona da rotunda do Barco à Vela, falava-se em derrubar a rotunda mas nada era referido sobre a travessia para a GNR – Guarda Nacional Republicana cuja passadeira mais próxima era na Luz de Tavira ou na Porta Nova, pelo que já se tendo "decapitado" uma obra de arte, a cascata, já se tendo aberto "trincheiras" fora do projeto das Quatro Águas, presentemente pretendia-se "decapitar" a rotunda, o que não considerava correto. \_\_\_\_\_



---Outra preocupação que tinha era relativa ao dinheiro guardado. Pensava que aquele socialismo “deixava muito a desejar” porque tinha dinheiro guardado e não havia habitação social, não eram executadas obras, as rotundas eram manilhas que sobravam das obras e eram colocadas no meio da estrada para os carros andarem à volta, chamando-lhes rotundas. \_\_\_\_\_

---Considerava que os Bancos é que tinham que ter dinheiro sendo que a Câmara tinha era que trabalhar pois as pessoas não pretendiam câmaras com dinheiro mas câmaras que trabalhassem. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e informou que tinha recebido mais uma inscrição do Múncipe Paulo Faleiro a quem passava a palavra. \_\_\_\_\_

---O Múncipe Paulo Faleiro cumprimentando os presentes disse que pretendia abordar três questões que considerava pertinentes. \_\_\_\_\_

---A primeira questão referia-se ao facto de a rua onde a sua filha era proprietária da “Cafetaria Quínto”, Rua Dom Marcelino Franco, não ter tido direito a iluminação de Natal. A Câmara Municipal tinha dinheiro mas a sua árvore de Natal era a mesma desde há nove anos e no rio tinham sido colocadas as mesmas luzes. Quando Macário Correia era Presidente da Câmara existiam luzes na Corredoura, mas infelizmente, no presente não existiam, contudo ele tinha a árvore de Natal mais bonita de Tavira que era mais fotografada que a da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

---Quanto à segunda questão referia-se à Igreja de São Francisco sendo que era dito que a culpa da sua degradação era da Irmandade de São Francisco, o que não acreditava. A Irmandade recebia de cada irmão apenas uma quota de um euro e trinta cêntimos por mês, pelo que não acreditava que a Câmara Municipal não fizesse algo por aquela Igreja que merecia não se degradar pois o património era de Tavira. Tinha pena dos jovens que estavam a tomar conta da Igreja, que se esforçavam por a abrir e que diariamente limpavam o chão com cera. Assim, reiterava o pedido para que olhassem pela Igreja de São Francisco investindo cinco ou seis mil euros para que o teto desta não caísse, sendo que se tal acontecesse, seria tarde demais. \_\_\_\_\_

---Relativamente á terceira questão queria que o Vereador responsável pelas licenças de música ao vivo verificasse com o Presidente da Câmara o que pretendiam, se queriam silêncio na cidade de Tavira durante todo o ano à exceção de dois meses para dois ou três cafés. \_\_\_\_\_

---Tavira parecia um cemitério pois das vinte e uma, vinte e duas horas, até às sete e trinta, apenas se ouvia o barulho dos varredores e do carro de limpeza de ruas. Pedia pois que assumissem definitivamente o que pretendiam relativamente a poderem ter ou não música ao vivo. \_\_\_\_\_

---O Presidente da Câmara Municipal agradeceu as questões. Relativamente à questão do Jardim do Coreto levantada pelo Múncipe Luís Fernandes referiu que os bancos eram pintados, reabilitados todos os anos, e que teriam que voltar a pintá-los e corrigir o tabuado, que não estava a ser realizado ainda por estarem em tempo de chuva. O que realmente nunca tinha sido feito era a pintura das ferragens dos postes sendo certo que o jardim iria ser sujeito a uma reabilitação mais global, bem como toda a



envolvente num processo maior. Porém tinha anotado a preocupação que iriam tratar, mandando, como era sua obrigação, averiguar a situação apesar do Município a ter descrito. \_\_\_\_\_

---Quanto à questão da saúde era um assunto a que iriam dedicar mais atenção durante o ano de dois mil e dezoito conjuntamente com o ACES - O Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento e com a ARS – Administração Regional de Saúde para tentarem aumentar os horários, as valências e os recursos. Não prometiam um horário de vinte e quatro horas, mas aumento de valências, horários e recursos como por exemplo já tinha acontecido com a Estomatologia em que um dos primeiros dentistas do SNS – Serviço Nacional de Saúde do Algarve tinha sido colocado há alguns dias em Tavira, o que tinha tomado conhecimento por via de um telefonema que tinha recebido do Presidente da ARS. Porém o que pretendiam era que existissem mais valências, mais horários e mais recursos pois consideravam que a resposta de saúde em Tavira era insipiente para a dimensão do conselho e para as responsabilidades que tinham. Assim veriam o que poderiam fazer durante o ano seguinte. \_\_\_\_\_

---Sobre a ponte queria agradecer ao Município Jorge Pereira por o ter lembrado de há quanto tempo se falava na ponte provisória, desde mil novecentos e noventa, sendo que na opinião do Município, era desde que tinha sido construída, em mil novecentos e noventa, que se falava na sua reabilitação. Ele apenas tinha sido eleito pela primeira vez no ano de dois mil e nove mas iam tentar construir uma ponte definitiva. \_\_\_\_\_

---Considerava preferível ter uma Câmara com dinheiro do que sem dinheiro mas esperava executar o dinheiro ao longo dos quatro anos seguintes. \_\_\_\_\_

---Quanto à passagem para a GNR não era possível, a não ser que fosse por cima ou por baixo porque pela via não era possível uma vez que aquela era uma rotunda de aceleração que se fazia com grande velocidade pelo que as Infraestruturas de Portugal não iriam permitir que houvesse ali uma passadeira. Assim teriam que pensar numa solução para a questão. \_\_\_\_\_

---Em relação ao que o Município Paulo Faleiro tinha dito, da necessidade de cinco ou seis mil euros para evitar que o teto da Igreja de São Francisco caísse, ele informava que o valor necessário rondaria um milhão de euros. Tinham ajudado a Irmandade do Carmo com um subsídio para pintar a Igreja tal como o tinham feito à Paróquia de Santa Maria para pintar a Igreja de Santo António, pelo que também poderiam atribuir um subsídio para a pintura da fachada da Igreja de São Francisco, o que desde logo garantia, sendo que iriam dar um subsídio à Irmandade Franciscana. \_\_\_\_\_

---No dia dez de janeiro seguinte iria ter uma reunião com o Frei Miguel, que era uma pessoa que seguramente como irmão franciscano o Município conhecia bem, para tentarem encontrar uma solução, porque a Câmara não era proprietária do imóvel. A razão porque davam subsídios era porque a Câmara apenas podia executar intervenções no seu próprio património e não pretendiam ficar com a Igreja de São Francisco que pensava que a Irmandade de São Francisco também não pretendesse. O Município Paulo Faleiro como dos membros mais novos da Irmandade talvez fosse uma das pessoas mais válidas



para encabeçar um processo de financiamento, ou assumir algumas responsabilidades, para ser também protagonista através da Irmandade na recuperação do património, falando até com a professora Elvira, porque presentemente ele e a professora estavam a tentar trabalhar numa solução com o envolvimento dos irmãos franciscanos, pois não sendo aquela Igreja património da Câmara a solução não passaria por subsídios de um milhão de euros, mas com a própria irmandade ou quem nela mandava, a apresentar algumas candidaturas que teriam que procurar, e assumindo responsabilidades possivelmente com algum apoio da Câmara, mas estavam a negociar. Considerava que tinha sido bom que Paulo Faleiro se tivesse dirigido à Assembleia Municipal porque provavelmente seria altura de assumir alguma responsabilidade na comunidade franciscana para subscrever os documentos, algumas responsabilidades bancárias e alguma candidatura. \_\_\_\_\_

---Por vezes diziam-se algumas coisas, mas também era preciso assumirem-se algumas responsabilidades para se sentir. No mundo real era assim que as coisas funcionavam, uns assumiam responsabilidades e outros davam ajuda. Naquele caso se o património era da comunidade dos irmãos de São Francisco e a Câmara pretendia ajudar teria que haver alguém da comunidade Franciscana que assumisse as responsabilidades, pelo que, sendo o Município Paulo Faleiro irmão franciscano obviamente que considerava que podia dar um contributo que pensava ser muito importante, mas seria preciso assinar documentação. \_\_\_\_\_

---De qualquer forma estava marcada uma reunião entre ele, a professora Elvira e o Frei Miguel que era de Setúbal, para conversarem e tentarem encontrar soluções de financiamento para recuperar o edificado, pois havia uma boa experiência na zona de Setúbal com aquele irmão franciscano que tinha muita experiência. Era uma pessoa que já tinha mais de sessenta anos, com muita experiência na matéria e que a pedido da professora Elvira se tinha interessado pela questão. Já há cerca de um mês que tinham conversado e marcado outra reunião para o dia dez de janeiro seguinte porque a situação da Igreja também preocupava o Executivo. A primeira conversa que tinham tido tinha sido absolutamente clara, tal como ali o estava a fazer, sobre quem era quem no processo e a forma como a Câmara poderia ajudar. Porém a intervenção de quem estavam a falar para o Convento de São Francisco seria para mais de um milhão de euros, que disso não existissem dúvidas. \_\_\_\_\_

---Quanto à iluminação de Natal queria dizer que no corrente ano eram aquelas, havendo anos em que tinham sido melhores outros em que tinham sido piores, mas não lhe parecia que fosse pelas iluminações de Natal que as pessoas saíssem ou não de casa á noite. Também era de Tavira, já tinha cinquenta anos e, por acaso, com familiar de comércio tradicional e tinha ideia das características das pessoas de Tavira quanto ao saírem à noite no inverno. Quanto ao verão, os espetáculos realizavam-se num determinado local e o café era noutra, porém tinha sido o Município que tinha escolhido o local do seu café. O que pretendia dizer era que sendo o Município Paulo Faleiro um membro dinâmico dos empresários locais existia sempre a possibilidade de fazerem como em outras localidades onde tinham

sido criadas associações de comerciantes e que se dedicassem, e entregassem alguma verba para essa associação de comerciantes dinamizar outros locais da cidade. \_\_\_\_\_

---Finalmente sobre o som e a música ao vivo, o princípio geral era se o Município tivesse um espaço que lhe permitisse ter música ao vivo dentro de portas não haveria qualquer problema e o Executivo, por sistema, autorizava. Se se tratasse de uma esplanada existiam algumas limitações, o local, os vizinhos, o ambiente e um conjunto de questões que tinham que ser ponderadas. Aproveitava para referir que das vezes em que lhe tinha sido permitida a música ao vivo a mesma se ouvia em alguns locais, como o Calvário ou São Pedro, o que gerava reclamações, não sendo conveniente, porque colocar uma bateria com acústica às guinadas naquele pequeno espaço para todos ouvirem, pensava que por vezes também era algo desproporcionado. O importante era que o promotor deveria de escolher bem a música que daria aos seus clientes, sendo certo que depois da meia-noite também não poderiam continuar porque existia uma limitação geral do ruído. Assim, não existia qualquer problema com o Município, contudo pensava que o problema poderia estar na escolha musical que fazia. \_\_\_\_\_

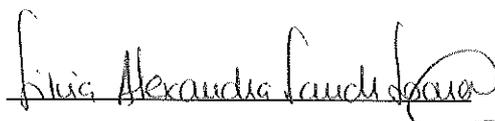
---O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e pediu desculpa por terem demorado um pouco mais do que o habitual uma vez já tinha mudado de dia e desejou a todos um ótimo ano de dois mil e dezoito. \_\_\_\_\_

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia e deu por encerrada a sessão pelas zero horas e cinquenta minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. \_\_\_\_\_

A MESA DA ASSEMBLEIA,



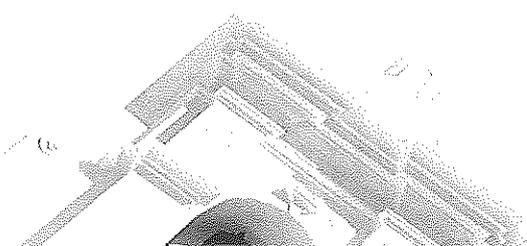
José Otílio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Maria José Dias Palma Simão Mestre



VOTANTES ATA 23-11-2017 EM 27-12-2017			
	Nomes	Formação partidaria	Presenças
1	Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
2	Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD	
3	Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
4	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
5	Carla Patrícia Maié Martins	PS	
6	Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
7	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
8	Elsa Maria da Conceição Martins	PS	
9	Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS	
10	Joaquim José Brandão Pires	PS	
11	José Liberto da Conceição Graça	PS	
12	José Mateus Domingos Costa	PS	
13	Jorge Humberto Martins Corvo	PSD	
14	José Otilio Pires Baia	PS	
15	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
16	Miguel Filipe Ferro do Carmo Pires	PS	
17	Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
18	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
19	Pedro Miguel Entrudo Soares	CDU	
20	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	
21	Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira	PSD	
22	Victor Manuel do Nascimento Palmeira	PS	



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Ministro das Finanças do Governo da República Portuguesa, Mário Centeno, foi eleito Presidente do Eurogrupo, que reúne os Ministros das Finanças dos 19 países que têm o euro como moedas, no dia 4 de dezembro de 2017.

No anúncio da sua candidatura, no dia 30 de novembro, o Ministro afirmou que esta tinha a «intenção de contribuir para a formação dos consensos necessários para completar a União Económica e Monetária».

Iniciando um mandato de dois anos e meio no próximo dia 14 de janeiro, o Ministro das Finanças de Portugal deverá ainda ser eleito presidente do Conselho de Governadores do Mecanismo Europeu de Estabilidade, o fundo de resgate permanente da zona euro, responsável nomeadamente pelas decisões sobre assistência financeira a Estados da Zona Euro.

Natural do Algarve, Mário José Gomes de Freitas Centeno é licenciado em Economia e mestre em Matemática Aplicada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, e mestre e doutor em Economia pela Harvard Business School da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Foi economista do Banco de Portugal (2000-2004) e diretor-adjunto do Departamento de Estudos Económicos, de 2004 a 2013. Neste período de tempo, foi também membro do Comité de Política Económica da União Europeia. De 2007 a 2013, foi presidente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Estatísticas Macroeconómicas, no Conselho Superior de

Estatística. É também professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

A 26 de novembro de 2015 tomou posse como Ministro das Finanças do XXI Governo Constitucional, sendo o rosto principal da caminhada prosseguida pelo Estado Português para sair dos procedimentos de défice excessivo, sendo a importância da sua eleição para o Eurogrupo reconhecida unanimemente, por confirmar a reconquista da credibilidade internacional de Portugal em matéria de finanças públicas.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de dezembro de 2017, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação pela Eleição do Ministro das Finanças do Governo da República Portuguesa, Prof. Doutor Mário Centeno, para a Presidência do EUROGRUPO;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre a proposta AO Senhor Primeiro Ministro e ao próprio, apresentando-lhe as felicitações do Município de Tavira;
3. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, fazer constar a mesma do edital das Deliberações da Sessão e divulgá-la nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

*Handwritten signature and initials*  
Aparece  
Reg.

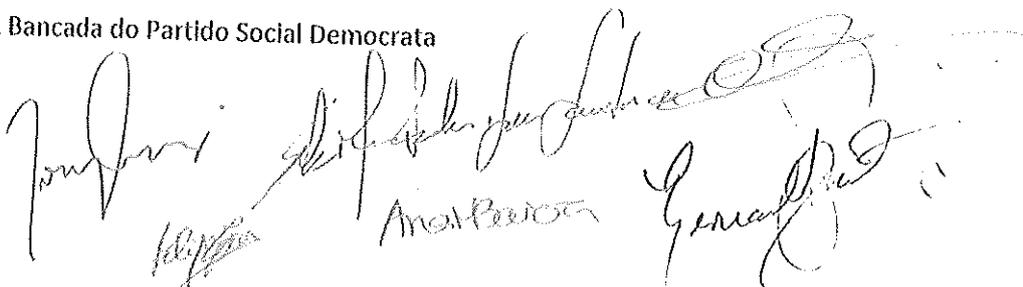
### Declaração de Voto

Na Reunião ordinária da Assembleia Municipal de Tavira, de 27 de dezembro de 2017, relativamente ao ponto 3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 213/2017/CM, referente ao Orçamento Municipal e Mapa de Pessoal 2018; a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Tavira, apresenta Declaração de Voto Vencido, com os seguintes fundamentos:

- Ao abrigo da Lei de Oposição não foi dada a possibilidade a este grupo de apresentar, propostas e/ou contributos para a sua elaboração. Recordamos, que a respetiva reunião decorreu, a 14 de Dezembro de 2017, sem a apresentação prévia, ou no momento, de quaisquer documentos orçamentais, que nessa mesma tarde foram presentes, discutidos e votados em reunião do Executivo Municipal;
- Nessa mesma reunião os Vereadores do PSD, também, apresentaram declaração de voto, com indicação de que os documentos relativos a esta proposta lhe foram enviados no tempo limite, agravado pelo facto de se ter verificado a sua substituição dos documentos a menos de 32 horas da realização da reunião;
- O conteúdo dos documentos que compõem o orçamento é de carácter simplista, sem os quadros comparativos com o ano anterior, sem o anexo do Plano Plurianual de Investimento (PPI) e sem o anexo referente às Atividades Mais Relevantes (AMR). Esta informação é recomendada e traduz uma boa prática na elaboração e apresentação do orçamento Municipal. Assim, sem esta informação, o presente documento não nos permite uma análise clara e objetiva da proposta de orçamento Municipal.
- Na inscrição das despesas correntes de funcionamento, certas e permanentes, só existe dotação parcial recorrendo-se a financiamento não definido (Saldo de Gerência) para os valores não orçamentados. Assim, na realidade cria-se uma perspetiva inicial de redução desta despesa quando, apenas, está sub-orçamentada, até porque o Saldo de Gerência só deverá ser utilizado para fazer face a despesas de investimento.
- Não obstante a inexistência de quadros comparativos, podemos concluir que face aos objetivos estratégicos delineados não se verifica uma verdadeira aposta, por exemplo:
  - Na Coesão Social, particularmente, no que respeita à Ação Social onde a redução de valor face a 2017 é de -43%.
  - Na diminuição das assimetrias entre o litoral e a serra não existem medidas e ações concretas tendentes ao equilíbrio socioeconómico. Aqui, pouco mais se percebe, que algumas pavimentações e festas.
  - Na valorização do concelho, é omissa na estratégia para os parques empresariais de Tavira (EMPET), sabendo-se que a sua resolução foi empurrada para 2018/2019 e não se conhecendo uma verdadeira estratégia de atratividade e fixação de atividade empresarial.

Tavira, 27 de Dezembro de 2017

A Bancada do Partido Social Democrata



*Handwritten signatures of the PSD group members*